



Vereador é morto a tiros no Maranhão

Mais um crime brutal contra políticos no estado do Maranhão é registrado. O parlamentar do município de Maranhãozinho foi assassinado a tiros dentro do carro. VIDA



Adeus a Gerson da Conceição! O mundo do reggae está desolado

Foram inúmeras as reportagens que fizemos com Gerson da Conceição, o Mano Bantu, em O Imparcial. Sempre que estava em São Luís, ele vinha à redação com uma novidade, um projeto, algo novo para contar. O músico faleceu no último dia 22, na capital paulista, aos 52 anos, onde foi enterrado por decisão da família. IMPAR

O IMPARCIAL

www.oimparcial.com.br

Ano XCII Nº 35.697 SÃO LUÍS-MA, QUARTA-FEIRA, 24 DE ABRIL DE 2019 | CAPITAL E INTERIOR R\$ 2,00

f @OImparcialMA

t @imparcialonline

i @oimparcial

98 99188.8267



LULA *Quase* LIVRE

STJ reduz pena e ex-presidente pode deixar a prisão ainda este ano

Por unanimidade, a 5ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) votou, na tarde desta terça-feira (23/4), pela redução da pena do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva para 8 anos, 10 meses e 20 dias de reclusão, no caso do triplex do Guarujá. Os quatro ministros da corte votaram a favor do petista. O último magistrado a dar o parecer foi Marcelo Navarro Ribeiro Dantas, fechando o placar em 4 x 0 a favor de Lula. POLÍTICA

Carrinhos elétricos vão circular no Centro Histórico

A doação dos veículos é resultado de iniciativa da Vara de Interesses Difusos e do Ministério Público. O prefeito Edivaldo Holanda Júnior acompanhou a entrega dos equipamentos. VIDA



ESTRAGO DAS CHUVAS Casarão histórico desaba em Viana

GERAL

BRASILEIRÃO SÉRIE D Moto Club contrata mais dois reforços

ESPORTES



RG+ passa a valer no estado do Maranhão

Com a presença de autoridades, deputado estadual Duarte Jr vê seu projeto de lei, aprovado em parceria com o também parlamentar Zé Gentil, virar realidade. GERAL

Flávio Dino defende novo Fundeb em Fórum de Governadores

Desta vez, o tema foi a discussão de uma nova proposta para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), que consiste em um fundo com aportes municipais, estaduais e federal para o financiamento e valorização da educação básica em todo o país, distribuindo recursos de forma mais equânime e diminuindo a desigualdade entre as redes de ensino. VIDA



ENTREVISTA EXCLUSIVA

Manuela d'Ávila lança livro, hoje, em São Luís

VIDA

TEMPO E TEMPERATURA



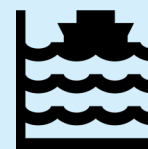
BASTIDORES Redes sociais e redes de intrigas

Filmes de conspiração, Hollywood já produziu inúmeros. Cada qual com seus enredos caprichados para tornar a ficção o mais perto possível da realidade. Em 2019, com 22 anos passados daquele filme, o Brasil revive o tema conspiração, realismo instigante, na guerra de vaidades e de quem pode mais nos três Poderes da República. POLÍTICA



TÁBUA DE MARÉ

QUA 24/04/2019	
03H49	1.1M
09H47	5.3M
16H24	1.1M
22H30	5.1M



POR UNANIMIDADE

STJ reduz pena e Lula pode deixar prisão

A 5ª Turma do STJ julgou um recurso que pedia a anulação do julgamento sobre o caso do triplex do Guarujá, que levou o ex-presidente à cadeia em abril do ano passado

Por unanimidade, a 5ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) votou, na tarde de ontem (23), pela redução da pena do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva para 8 anos, 10 meses e 20 dias de reclusão, no caso do triplex de Guarujá. Os quatro ministros da corte votaram a favor do petista.

O último magistrado a dar o parecer foi Marcelo Navarro Ribeiro Dantas, fechando o placar em 4 x 0 a favor de Lula.

O STJ alterou pontos da sentença que condenou o político. Sendo assim, o ex-presidente pode ter a progressão da pena para o regime semiaberto ou domiciliar ainda este ano.

Progressão

O Código Penal prevê que, ao se cumprir um sexto da pena – em casos de crimes comuns –, pode-se progredir para um regime semiaberto. Como Lula já cumpriu um ano de prisão, faltaria cerca de cinco meses para que o ex-presidente alcançasse essa condição após redução concedida pelo colegiado do STJ.

Votaram a favor do recurso apresentado pela defesa do ex-presidente os ministros Felix Fischer, relator do caso, Jorge Mussi e Reynaldo Soares da Fonseca, presidente da corte, e Marcelo Navarro Ribeiro Dantas.

Em um resumo do seu voto, o ministro Fischer rechaçou a questão de ordem da Justiça Eleitoral. Fischer



FOTOS DIVULGAÇÃO/CB/DAPRESS

EX-PRESIDENTE LULA PODERÁ TER A PROGRESSÃO DA PENA PARA REGIME SEMIABERTO

disse que não merece prosperar o pedido de transferência do processo para a Justiça Eleitoral e reafirmou que a competência da 13ª Vara Federal de Curitiba para julgar casos que envolvem a Operação Lava-jato já foi decidida pelo STF.

“Não há materialidade alguma sobre supostos crimes eleitorais”, afirmou.

Último voto

Marcelo Navarro Ribeiro Dantas, último ministro a votar, iniciou a fala rebatendo críticas de que o Tribunal

estaria “empurrando o julgamento com a barriga”.

“Na última semana, antes do feriado, estava acompanhando minha mulher que é paciente oncológica desde 2012 em compromissos médicos em São Paulo”, explicou.

Dessa forma, o ministro prometeu ser breve e iniciou o voto ao afirmar que nenhum crime eleitoral foi praticado. Dantas concordou com a pena estipulada pelos ministros que o antecederam e outros pontos.

“A competência da 13ª Vara já foi reconhecida diversas vezes por essa corte e pelo STF”, completou.

REFORMA

Governo consegue antecipar votação



NA CCJ, DEPUTADOS APOIARAM ACELERAÇÃO DA VOTAÇÃO

Os deputados da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara decidiram inverter a ordem dos trabalhos na sessão de ontem. Na prática, significa que eles resolveram, por 45 votos favoráveis e dois contrários, acelerar a votação do parecer da reforma da Previdência. Ao decidir pela inversão, a leitura da ata do encontro anterior fica para depois da votação das pautas do dia.

Desde o início da sessão, por volta das 15h, a oposição tenta barrar o andamento da Proposta de Emenda à Constituição (6/2019), que muda as regras de aposentadoria. Os deputados alegam que a matéria não pode ser votada até que o governo retire o sigilo das informações que embasam a reforma.

O líder da oposição, Alessandro Molon (PSB-RJ), afirmou que, sem os dados, os parlamentares votariam “no escuro”. “O que o governo insiste em esconder? Rogério Marinho (secretário especial de Previdência) disse que vai abrir apenas uma parte dos dados para os deputados. Por que os colegas da CCJ não merecem o mesmo respeito daqueles que participam da comissão especial?”, questionou o deputado. Marinho confirmou que, na quinta-feira (26/4), irá mostrar o material para algumas lideranças. A expectativa é que seja em uma café da manhã, na residência oficial do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ). “Foi um bom acordo. Vamos para a próxima fase. A maioria dos partidos está a favor dessa pauta, o que aconteceu foi um exercício de democracia”, ressaltou Marinho.

No acordo firmado entre o Planalto e o Parlamento, foram retirados quatro pontos do parecer que já haviam sido discutidos com o Centrão na semana passada.

Fazem parte da mobilização, segundo o deputado Marcelo Ramos (PR-AM), coordenador do PR na CCJ, as siglas: PR, PP, SD, PSDB, MDB, DEM, NOVO e PSL.

"ÚLTIMO SUSPIRO"

Carlos Bolsonaro volta a criticar



CARLOS BOLSONARO TECE CRÍTICAS À FALA DE MOURÃO

Em mais um ataque ao vice-presidente Hamilton Mourão, o vereador carioca Carlos Bolsonaro (PSL), que é filho do presidente Jair Bolsonaro (PSL), usou as redes sociais para criticar uma fala de Mourão sobre a crise econômica e política vivida pela Venezuela.

Na postagem de Carlos, Mourão aparece dando uma entrevista na qual menciona o apoio dos militares venezuelanos ao presidente Nicolás Maduro e diz que a população do país vizinho “tem que estar desarmada porque senão nós iríamos para uma guerra civil na Venezuela, o que seria horrível para o hemisfério como um todo”.

A fala de Mourão foi classificada por Carlos como “pérolas que mostram muito mais do que palavras ao vento, mas algo que já acontece há muito tempo”, o que seria, na interpretação do vereador, uma reação de alguém que está em seu “último suspiro de vida”.

Carlos Bolsonaro
✓@CarlosBolsonaro

Quando a única coisa que lhe resta é o último suspiro de vida, surgem estas pérolas que mostram muito mais do que palavras ao vento, mas algo que já acontece há muito. O quanto querer ser livre e independente parece ser a maior crueldade para alguns.

A postagem do filho do presidente é outro capítulo do desentendimento entre ele e Mourão. Nesta terça-feira, ele já havia reclamado de um convite de palestra nos Estados Unidos. Na segunda-feira (22), Carlos já havia condenado o vice-presidente por ter curtido um tuíte crítico a Jair Bolsonaro e elogioso ao militar da reserva feito pela jornalista Rachel Sheherazade. No domingo (21), Carlos publicou – e depois apagou – um vídeo com críticas ácidas do escritor Olavo de Carvalho aos militares.

O que pedia a defesa do ex-presidente



TRÍPLEX DO GUARUJÁ FOI PARTE DO PEDIDO DE ANULAÇÃO DA CONDENAÇÃO DO EX-PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

No recurso apresentado ao STJ, a defesa de Lula pedia a anulação da condenação do petista no caso do triplex do Guarujá, razão pela qual o ex-presidente cumpre pena em um prédio da Polícia Federal do Paraná desde 7 de abril do ano passado.

O argumento é de que Lula não poderia ter sido julgado pelo então juiz federal Sérgio Moro, hoje ministro da Justiça e Segurança Pública, uma vez que, no entendimento dos advogados, o órgão competente para julgar o caso seria a Justiça Eleitoral.

A tese dos advogados do ex-presidente se ampara em uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), tomada no mês passado, de que crimes como corrupção e lavagem de dinheiro devem ser julgados na Justiça Eleitoral se estiverem relacionados a caixa 2 de campanha.

Sensação de derrota

A decisão do Supremo foi considerada uma derrota para a Lava-jato, cuja força-tarefa, à época, afirmou que o resultado poderia ser o questionamento da condenação de Lula. Embora o petista não tenha sido condenado por caixa dois, a defesa alega que o

processo menciona suspeitas de crime eleitoral, de que Lula teria liderado um esquema de arrecadação de valores a partidos políticos, que custearia campanhas eleitorais. Em parecer encaminhado ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) no início do mês, o Ministério Público Federal (MPF) se posicionou contrário à solicitação do ex-presidente.

Defesa protesta

Ontem, a defesa do ex-presidente reclamou de não ter sido avisada previamente do julgamento. Em nota, os advogados disseram que, na noite de segunda-feira, haviam recebido a informação, dada pelo gabinete do próprio relator Felix Fischer de que não havia previsão de julgamento do recurso. Horas depois, porém, a assessoria do tribunal divulgou que o julgamento ocorreria. Assim, a defesa apresentou ao STJ, ainda na noite de segunda-feira, uma petição solicitando que seja intimada sobre a realização do julgamento do recurso no caso do “triplex do Guarujá”.

A defesa também menciona no documento que havia requerido duas vezes a intimação prévia ou informa-

ção antecipada sobre o julgamento e lembra que a subprocuradora-Geral da República Aurea Lustosa Pierre encaminhou ao STJ uma manifestação “para assegurar a participação da Defesa, com publicação de pauta”.

Os advogados argumentam que os eventos estão “em desconformidade com a garantia constitucional da ampla defesa e das demais garantias fundamentais previstas no Texto Constitucional e nos Tratados Internacionais que o País subscreveu e se obrigou a cumprir”. Essa manifestação da defesa poderia levar ao adiamento do julgamento, mas a Corte não atendeu ao pedido.

O argumento é de que Lula não poderia ter sido julgado pelo então juiz federal Sérgio Moro, uma vez que o órgão competente para julgar o caso seria a Justiça Eleitoral

GOVERNADORES

Flávio Dino defende Fundeb em Fórum

Governador do Maranhão participou de evento em Brasília com o objetivo de discutir e alinhar ações. Expectativa é que haja uma extensão do Fundeb para depois de 2020

O governador Flávio Dino participou, na manhã de ontem, do IV Fórum de Governadores, em Brasília. O evento reúne os chefes do Executivo de todas as unidades da Federação e tem como objetivo discutir e alinhar ações em prol dos estados e Distrito Federal.

Desta vez, o tema foi a discussão de uma nova proposta para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), que consiste em um fundo com aportes municipais, estaduais e federal para o financiamento e valorização da educação básica em todo o país, distribuindo recursos de forma mais equânime e diminuindo a desigualdade entre as redes de ensino.

A lei de criação do fundo, datada de 2007, determina que o mesmo deve ser encerrado em 2020, o que poderia originar uma crise no sistema educacional de todo o país. Outro ponto de estrangulamento é a baixa contribuição do governo federal no Fundeb. Atualmente, a União repassa para o fundo o equivalente a 10% do valor total da contribuição dos demais entes.

Já estados e municípios investem 20% das suas receitas provenientes de impostos e transferências.

Na visão do governador Flávio Dino, a discussão de um novo Fundeb é o debate realmente urgente para a educação do Brasil.

“Precisamos acelerar o passo. Compactuar com o Governo Federal ainda no primeiro semestre o que temos, para termos a votação no segundo semestre. Precisamos concre-



GOVERNADORES PARTICIPARAM DO IV FÓRUM EM BRASÍLIA E DISCUTIRAM O FUNDEB

tizar o Fundeb, que é vital para o país”, defendeu.

Ainda de acordo com o governador, com a extinção do Fundo as redes municipais de educação poderão ser destruídas, visto que a arrecadação dos municípios é menor.

“Sem letramento adequado das crianças nas redes municipais também não existe ensino médio. É de interesse dos municípios, é de interesse dos estados. Caso contrário, não vamos conseguir investir apropriadamente e obter resultados”, garantiu Flávio Dino.

Durante o Fórum, a governadora do Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra, apresentou aos demais gover-

nadores a proposta “Por um Novo Fundeb: permanente e com mais participação da União no financiamento da Educação Básica”. O projeto será levado para apreciação do governo federal.

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) atende toda a educação básica, da creche ao ensino médio. Substituto do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), que vigorou de 1997 a 2006, o Fundeb está em vigor desde janeiro de 2007 e se estenderá até 2020.

BASTIDORES
Raimundo Borges
bastidores@oimparcial.com.br



Redes sociais e redes de intrigas

Filmes de conspiração, Hollywood já produziu inúmeros. Cada qual com seus enredos caprichados para tornar a ficção o mais perto possível da realidade. Por exemplo, em *Teoria da Conspiração* (Mel Gibson e Julia Roberts), filme de 1997, conta a história de um taxista meio maluco chamado Jerry Fletcher que não para de falar um minuto com seus passageiros, apenas sobre conspirações loucas, mas com 10.000% de entusiasmo, deixando todos sem entender nada. Falava tanto que uma hora percebe que não tinha ninguém para ouvi-lo. Não viu nem passageiro fugir do táxi.

Em 2019, com 22 anos passados daquele filme, o Brasil revive o tema conspiração realismo instigante, na guerra de vaidades e de quem pode mais nos três Poderes da República. O vice-presidente Hamilton Mourão, general da reserva do Exército, está no meio de uma polêmica em que é acusado de conspiração pelo guru dos Bolsonaro, o escritor Olavo de Carvalho. A suposta conspiração seria contra o presidente Jair Bolsonaro. De propósito, ele, o guru, acabou batendo duro nos militares do entorno do Planalto.

Tem razão o ministro do Gabinete de Segurança Institucional do governo Temer, também general da reserva, Sérgio Etchegoyen. Ele palpitou na crise e no ninho de intrigas palacianas, ao avisar ser “perigoso”; zombar do vice de Bolsonaro. “É mais perigoso do que divertido zombar do Mourão”. Nessa rede de intrigas e conspirações, já se noticia até que o filho caçula do presidente, vereador carioca Carlos Bolsonaro (PSC-RJ), estaria maquinando contra Hamilton Mourão, convidado para palestra nos EUA (Wilson Center), graças à posição que “emergiu como uma voz da razão e moderação, capaz de orientar tanto assuntos internos quanto externos”.

Tudo começou com Olavo de Carvalho criticando militares em vídeo compartilhado no canal do YouTube de Jair Bolsonaro, vindo a ser deletado mais tarde. Seguindo críticas do guru de Jair a militares, o filho “pitbull”; do presidente do Brasil partiu para o ataque direto contra o Mourão. Carlos está de olho aberto para o vice, por achar que ele conspira contra o seu pai e pede para que seus seguidores “tirem suas conclusões”. Mourão curtiu tweet da jornalista Rachel Sheherazade, que detonava Bolsonaro. É nesse ambiente de redes sociais, rede de intrigas e rede de conspirações que o Brasil acompanha, desengonçado, os primeiros meses do novo mandachuva no Planalto.

Desemprego avança

Avançou em março a taxa de desemprego na Região Metropolitana de São Paulo, segundo pesquisa divulgada ontem pela Seade e o Dieese. O governador Flávio Dino twitou a matéria do Estadão, mostrando preocupação.

Precisa destravar

A taxa passou de 15,5% em fevereiro para 16,1% no mês passado, atingindo um contingente estimado de 1,772 milhão de pessoas desempregadas, 61 mil acima do mês anterior. Para Dino é “urgente” o governo federal tomar medidas que destrave a economia, com investimentos públicos e estímulo ao setor privado.

Semiescravos

Cerca de 31 trabalhadores foram resgatados em operação de auditores-fiscais do Trabalho, do Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM) do Ministério da Economia. Eles estavam em uma fazenda de soja no município de Balsas, no sul do Maranhão.

“Quero mais negras no poder”

Da baiana Aniele Berenguer, neta de lavadeira, que vai participar do Girls 20, durante a reunião do G-20, em maio, no Japão, onde estarão as maiores economias do Planeta.

1 Da Coluna Esplanada, do DCI: O ex-presidente José Sarney, que despacha discretíssimo de sala na torre do Brasília Shopping, repete a quem o visita que não se trata de escritório, e sim de um Instituto. Por falar em Sarney, hoje ele apaga a velinha dos 89 anos. Parabéns, nosso repórter que chegou à Presidência.

2 O ministro Felix Fischer, relator do recurso do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no Superior Tribunal de Justiça (STJ), votou ontem, pela redução da pena do petista no caso do “triplex do Guarujá”; para 8 anos, 10 meses e 20 dias de reclusão. Foi seguido pela maioria.

3 A deputada Cleide Coutinho (PDT) se uniu ontem ao deputado Roberto Costa (MDB) no pedido ao reitor da Uema de uma bonificação de 20% no vestibular, para os alunos maranhenses que estudam do ensino fundamental ao médio no estado. O pedido é justo.

Alinhados

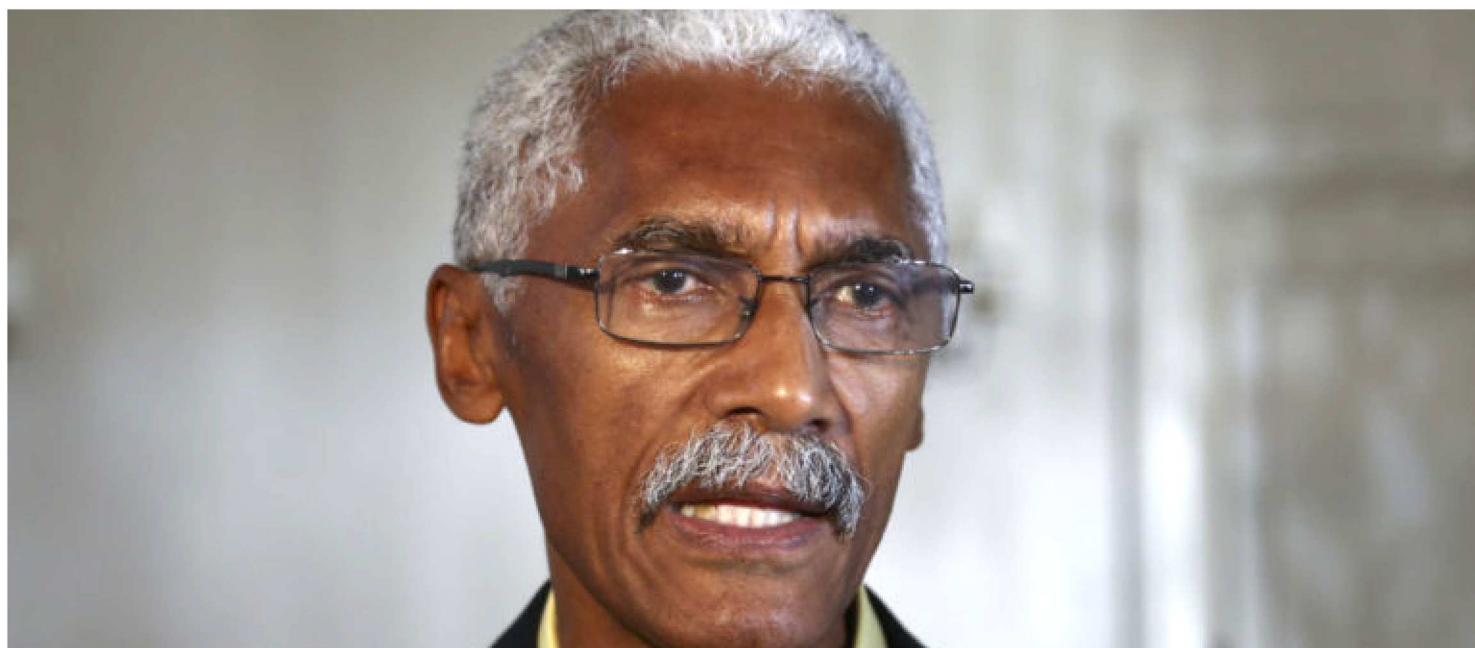
São Luís é a 2ª capital do país a receber visita de especialistas que abordam a avaliação da eficiência dos projetos e da prestação de contas públicas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O encontro acontece hoje (das 8h30 às 18h) no auditório da Vigilância Sanitária (em frente ao Hospital da Criança).

Apelo por justiça

O governador Flávio Dino reivindicou que a justiça seja feita em relação à prisão arbitrária do ex-presidente Lula, que encontra-se preso político desde abril de 2018. “Espero que, com julgamento baseado nas leis, seja feita justiça ao ex-presidente Lula”, disse.

IRREGULARIDADE

MP ajuíza ação contra Domingos Dutra



IRREGULARIDADE EM CONTRATOS DA SAÚDE CAUSOU AÇÃO CIVIL PÚBLICA DO MP CONTRA PREFEITO E 12 SERVIDORES DE PAÇO

O Ministério Público do Maranhão (MPMA) ajuizou Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa contra o prefeito de Paço do Lumiar, Domingos Dutra, e outros 12 envolvidos em ilegalidades em dois contratos para fornecimento de alimentação enteral e respectivo material da Secretaria de Saúde do município.

Os dois contratos causaram prejuízos de R\$ 1,4 milhão ao erário. Ambos tinham vigência até 31 de dezembro de 2017.

Na manifestação, além do prefeito e das duas empresas, também constam como requeridos a ex-secretária municipal de Administração e Finanças, Neusilene Núbia Feitosa Dutra, e o titular da pasta de Saúde de Paço do Lumiar, Raimundo Nonato Cutrim.

A lista inclui, ainda, a ex-presidente da Comissão Permanente de Licitação (CPL) do município, Anna Karina Gomes, e o ex-pregoeiro de Paço do Lumiar, Márcio Gheysan Souza.

Entre os acionados também figura a ex-servidora do departamento de

personal da Semus, Ana Cláudia Belfort, que exerceu a função de coordenadora substituta do setor, sem portaria que a nomeasse para o cargo.

São alvos da ACP, ainda, os empresários Joaquim Abrantes dos Reis Junior, Alexandre Magno Lima, Marcos Antonio Silva e Antonio Saraiva da Silva Sobrinho.

Outro requerido na ação é Marcus Vinícius Bastos, que assinou documentos no lugar de uma servidora, sem que detivesse competência para tal.

Irregularidades

Uma das irregularidades verificadas pelo MPMA foi a falta de orçamentos detalhados, com o quantitativo e a periodicidade do fornecimento dos itens.

As ilegalidades também incluem o fato de o então pregoeiro do município, Márcio Gheysan Souza, ter assinado o Pregão Presencial nº 004/2017, sem a devida competência legal.

“A edição de atos normativos não pode ser delegada”, esclarece a promotora de justiça.

Pedidos

Os pedidos do MPMA quanto ao prefeito Domingos Dutra são a perda da função pública, suspensão dos direitos políticos por três a cinco anos e o pagamento de multa civil de até 100 vezes o valor da remuneração recebida.

O MP também solicita a condenação de todos os acionados a ressarcir os cofres públicos, com os devidos juros e também a pagar todas as custas e despesas processuais.

No caso dos ex-secretários, ex-servidores, empresas e empresários, as penalidades solicitadas são a proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, mesmo que por meio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

São Luís, quarta-feira, 24 de abril de 2019



NOSSA VISÃO

Infraestrutura na UTI

Chuva acompanhada de forte vento fez estragos em Brasília no domingo. Alagou ruas, inundou prédios, interditou passagens, afogou carros, invadiu prédios, provocou apagões, derrubou árvores.

O aeroporto suspendeu pousos e decolagens. A estação central do metrô foi fechada. A Universidade de Brasília interditou parte das dependências. Vale lembrar que, no ano passado, parte do Eixo Rodoviário despencou. O fato ganha relevância quando se sabe que se trata da via mais importante do Distrito Federal.

O caos se instalou no dia em que a cidade comemorava 59 anos de existência. É pouco tempo de vida para não resistir a um temporal. A conclusão não pode ser outra: alguma coisa

está errada. A constatação não se restringe à capital do país. Atinge outras unidades da Federação independentemente de situação geográfica ou do grau de desenvolvimento. Ruas viram rios tornou-se cenário comum a urbes como Rio, São Paulo, Belo Horizonte. Viaduto cedeu na capital paulista, ponte desabou em Belém do Pará, ciclovia ruiu na capital carioca.

São exemplos que comprovam o descaso com a manutenção da infraestrutura. Obras, que demandaram recursos para serem construídas, sofrem de irresponsável negligência no tocante a cuidados essenciais para a continuidade da função para a qual foram erigidas. É como se alguém comprasse uma casa nova. Ao longo dos anos, não cortasse o mato que cresce em torno, não repusesse vidros quebrados, não trocasse lâmpadas queimadas, não consertasse goteiras, não renovasse fiações nem encanamentos. Um dia a casa cai.

É o caso do Brasil. O país investe pouco, muito pouco em infraestrutura. Especialistas afirmam que o montante não cobre sequer as urgências da manutenção. Para evitar que se deteriore obras de transporte, energia, logística, telecomunicações e saneamento, impõe-se investir 1,9% do Produto Interno Bruto (PIB). No ano pas-

sado, o desembolso foi de 1,69%. Ocorre que o país cresce e, com ele, as demandas. Somadas manutenção e expansão, o investimento salta para 4,5% do PIB até 2030.

O gargalo restringe o desenvolvimento econômico. No ranking da Competitividade Global 2017-18, do Banco Mundial, o Brasil ocupa o melancólico 108º lugar na comparação com 137 países. O atraso cobra preço alto — menos produção, menos vendas, menos empregos. Há que investir. Mas faltam recursos. Com os cofres vazios, o governo tem de atuar em duas frentes.

De um lado, articular-se para que a reforma da Previdência seja aprovada com rapidez, sem os solavancos evitáveis como se vem observando até agora. De outro, aprofundar as concessões à iniciativa privada. Em 2019, foram leiloados 23 ativos entre portos, aeroportos e ferrovias. Urge avançar. Nem por isso, porém, o Estado ficará descompromissado com aportes no setor. Ele precisa dispor de recursos para investir em áreas pouco atraentes para particulares. Hoje, na Comissão de Constituição e Justiça, os deputados têm de tirar os olhos do umbigo e mirar as necessidades de um país que não dá conta de enfrentar um temporal.

UMA QUESTÃO DE JUSTIÇA

MYLLA SAMPAIO

1 Mestranda em Direito e Instituições do Sistema de Justiça na Universidade Federal do Maranhão. Contato: myllamssampaio@gmail.com

Desde que começou a ser adotado pelas principais competições no futebol, o VAR – Video Assistant Referee divide opiniões.

Há quem despreze a utilização da tecnologia de vídeo para auxiliar o juiz em campo, especialmente nos casos onde há um gol, por, supostamente, suprimir a emoção do momento, interrompido pela verificação das imagens na lateral do campo, que costuma durar alguns poucos minutos.

Historicamente, o futebol é um esporte reconhecido pela malandragem. Simulações, mãos e braços sendo utilizados de forma irregular fazem parte das partidas.

“As irregularidades são naturais”, dizem. Não, não são. Não são naturais no vôlei, não são naturais no tênis, por que no futebol deveriam ser? Que há de tão especial no futebol que é permissivo com esses comportamentos desonestos? Nada.

Há uma riqueza de exemplos: o famoso gol de mão de Diego Maradona,

o golpe violento que um jogador holandês deu em Xabi Alonso na final da Copa do Mundo da África do Sul e que lhe rendeu apenas um cartão amarelo, o jogo entre Brasil e Itália, onde Zico teve sua camisa rasgada pelo zagueiro Gentile na pequena área e o juiz não marcou o pênalti que, se convertido, levaria o Brasil à final de 1982, dentre outros. São constantes as reclamações sobre os erros cometidos pela arbitragem.

Sendo homens e mulheres de carne e osso verificando a regularidade das jogadas é comum que erros aconteçam, é da natureza humana equivocarem-se e, também, buscar alternativas que diminuam os prejuízos que essas decisões podem causar para as equipes.

Por isso, não somente o VAR, mas os relógios utilizados pelos juizes que vibram quando a bola ultrapassa completamente a linha do gol são os maiores aliados do esporte, não seus inimigos, na busca constante pela diminuição das interpretações imprecisas e injustas em um momento que elas podem ser fatais para um lado e salvadoras para o outro.

E por falar em fatalidade e redenção, Manchester City e Tottenham, no dia 17 de abril do corrente ano, protagonizaram uma partida alucinante pela UEFA Champions League, que contou com cinco gols em menos de vinte e cinco minutos de bola rolando, onde os Spurs tinham a vantagem da vitória no primeiro duelo e o City, vencedor da situação delicada em

que se encontrava, doou-se de corpo e alma para reverter o resultado.

Nos minutos finais, Sterling marcou o gol que classificaria heroicamente o time de Manchester para as semifinais da competição... Mas, com o auxílio do VAR, que detectou um milimétrico impedimento (e que não deixa de ser um impedimento por ser milimétrico), o gol foi anulado acertadamente.

Pepe Guardiola, técnico da equipe eliminada, declarou estar satisfeito com o recurso tecnológico, pois não seria louvável vencer dessa forma, prejudicando o Tottenham, que de alguma forma foi superior pelo resultado conquistado.

Enquanto no Brasil, o jogador Felipe, ex-goleiro do Flamengo, há alguns anos declarou: “estava impedido? Roubado é mais gostoso”, ironizando a vitória de sua equipe sobre o Vasco da Gama, nos últimos minutos, graças a um gol irregular que lhes deu o título carioca.

A compreensão de que nada no esporte é mais importante que a justiça, a lealdade, a honestidade e a igualdade é uma questão civilizacional. Presentes essas condições, a vitória é um grande mérito; ausentes, a vitória não tem valor, ao contrário do que tenta induzir o tacanho pensamento do jogador brasileiro, só há demérito.

Essa é a maior lição que o VAR pode ensinar a quem pensa que os fins justificam os meios contra as virtudes soberanas do esporte.

INTOLERÂNCIA E RESPEITO À DIGNIDADE NA DEMOCRACIA

JULIANA BALBY MENDONÇA SANTOS E YURI COSTA

Os debates atualmente enfrentados nas redes sociais parecem relativizar a dignidade e mesmo a humanidade do outro. Ao fazerem isso com espantosa e crescente naturalidade, escancaram as fraturas da ainda imatura democracia brasileira.

Mesmo que celebrados os 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o significado do que vem a ser democracia, ao em sua acepção moderna, sofre graves limitações em solo nacional. Patente a ausência de uma memória histórica capaz de fazer com que os brasileiros reconheçam nos Direitos Humanos valores fundantes de qualquer sociedade que se pretenda livre, justa e solidária, na exata aspiração do art. 3º, inciso I, da Constituição Cidadã, promulgada em 1988.

É certo que a democracia é um regime de governo que se funda na soberania popular e na separação e desconcentração de Poderes. No entanto, a manutenção da estrutura formal de instituições democráticas não é garantia da inexistência e nem evita perpetuação de outros regimes, que vão de encontro à diversidade de ideias e à convivência harmônica de visões e experimentações diferentes do mesmo mundo, que são os principais pilares sobre os quais se estruturam os demais princípios democráticos.

A perpetuação de uma democracia meramente política, pouco compromissada com a expansão de direitos e garantias das minorias, cria solo fértil para a ascensão de governos autoritários, que buscam o uso das instituições para aniquilar os principais preceitos da democracia. Essa parece ser a tônica da atual conduta do Executivo e do Legislativo federais.

O voto secreto e universal, a periodicidade das eleições, os Poderes constitucionais interdependentes, a inexistência de uma censura expressa ou de presos políticos no Brasil não são, necessariamente, sinais de que vivemos em uma democracia a pleno vapor.

Em paralelo a essas estruturas formais, existe uma verdadeira campanha política que instrumentaliza a manipulação do conceito de Direitos Humanos. Com efeito, ter direitos historicamente conquistados reduzidos à alcunha de “direitos dos bandidos” impossibilita e desarticula qualquer reflexão acerca da sua importância para a harmonia social.

Exemplo disso é frágil noção hoje propagada de igualdade. Alicerçada na ideia de igualdade formal, serve como vetor de manutenção e recrudescimento do discurso de ódio que coisificam o outro. Resulta na rejeição da alteridade e, por essa razão, de qualquer política pública que busque a promoção da igualdade material – quando houver diferenças que inferiorizem grupos ou indivíduos – e de uma necessária promoção da diferença – quando a igualdade for utilizada como subterfúgio para descaracterizá-los ou, no contexto de determinadas minorias políticas, eliminá-los.

Para que haja a plena democracia, é necessário pôr fim à dissociação das ideias de democracia política e de democracia social. Deve-se buscar, a um só tempo e com o mesmo ímpeto, a plena promoção das liberdades civis, a separação e controle efetivos sobre os Poderes e a alternância e a transparência na atuação daqueles que nos governam.

Só há igualdade jurídica e social com garantia da participação popular na esfera pública, a solidariedade, a tolerância e o respeito à diversidade. Essa busca equânime encontra seu ponto de partida na construção coletiva de uma (re)valorização dos Direitos Humanos e na promoção da Dignidade da Pessoa Humana. É preciso, com urgência, transpormos tais valores do mero texto legal para a vivência social.

O IMPARCIAL

EMPRESA PACOTILHA SA

End.: Rua Assis Chateaubriand S/N - Renascença II - São Luís-MA - CEP: 65075-670

Pedro Freire

Diretor-Presidente
pedrofreire@oimparcial.com.br

Raimundo Borges

Diretor de Redação
borges@oimparcial.com.br

Patrícia Freire

Gerente financeira
patriciafreire@oimparcial.com.br

Celio Sergio

Superintendente de Produção
celiosergio@oimparcial.com.br

FALE CONOSCO - GRUPO O IMPARCIAL

JORNALISMO

O Imparcial: (98) 3212-2008
Você, Gastrô!: (98) 3212-2000
Aqui-MA: (98) 3212-2015

COMERCIAL

Impresso: (98) 3212-2030/2087
Digital: (98) 3212-2054
Aqui-MA: (98) 3212-2015

OUTROS

Financeiro: (98) 3212-2005
Geral: (98) 3212-2010
Recepção: (98) 3212-2000
Presidência: (98) 3212-2001
Sedoc: (98) 3212-2010

REDES SOCIAIS

Whatsapp: (98) 99188-8267
facebook.com.br/oimparcialma
Twitter: @oimparcialonline
Instagram: @oimparcial
www.oimparcial.com.br

São Luís, quarta-feira, 24 de abril de 2019

PISTOLAGEM

Vereador é morto a tiros no Maranhão

Mais um crime brutal contra políticos no estado do Maranhão é registrado. O parlamentar do município de Maranhãozinho foi assassinado a tiros dentro do carro

ANA MARIA BRUZACA

Mais um político foi vítima de crime de pistolagem no Maranhão. Na manhã de ontem, dia 23 de abril, o vereador João Pereira Serra, mais conhecido como "Jango", de 46 anos, do Partido Social Democrático (PSD), do município de Maranhãozinho, distante 238 km da capital, foi executado a tiros.

Jango estava voltando da fazenda de seu pai, localizada na zona rural de Santa Luzia do Paruá.

O caso foi registrado por volta das 6h, quando a vítima foi abordada por dois suspeitos, que dispararam contra o carro do vereador.



VEREADOR JANGO FOI MORTO COM TIROS DE REVÓLVER E ESPINGAR DO TIPO ESCOPETA

A polícia informou que os tiros foram disparados por dois tipos de armas, sendo um revólver calibre 38 e uma espingarda tipo escopeta, calibre 12.

Os suspeitos fugiram logo após o

crime. Um outro homem que também estava no carro foi atingido por um dos tiros, mas não corre risco de morte. A polícia investiga o caso, mas, até o fechamento desta edição, ninguém tinha sido preso.



Prefeito morto e vice suspeito do crime



IVANILDO PAIVA (E) E RUBEM LAVA JATO (D) DURANTE A CAMPANHA POLÍTICA PARA A PREFEITURA DE DAVINÓPOLIS, NO MARANHÃO

O último caso registrado em que um político foi assassinado no Maranhão foi no dia 11 de novembro de 2018.

A vítima foi o prefeito de Davinópolis, Ivanildo Paiva. O corpo do prefeito foi achado na zona rural de Davinópolis. As primeiras informações na época davam conta que Ivanildo teria sido assassinado dentro de sua propriedade, mas o seu corpo foi achado fora de sua chácara, local que o prefeito teria se deslocado ainda no dia 10. Um segurança também foi assassinado junto com Ivanildo.

Uma equipe da Superintendência de Homicídio e Proteção à Pessoa (SHPP), de São Luís, se deslocou para a região para investigar o caso.

Um mês e vinte dias depois, Rubem Lava Jato foi preso. Ele era o vice-prefeito da cidade e assumiu o cargo após a morte de Ivanildo.

Rubem é o principal suspeito de ser um dos mandantes do assassinato. Rubem assumiu o cargo de prefeito no dia 13 de novembro.

Filho também assassinado

Há 11 anos, em 2008, Ivanildo Paiva de Barbosa Júnior, que era filho do prefeito assassinado, foi morto aos 18 anos, por policiais militares, em Imperatriz.

Ivanildo Júnior havia desaparecido no dia 13 de setembro de 2008 depois de deixar amigos e sua namorada em suas casas. Ele havia sido abordado

por uma patrulha da Polícia Militar, pelos soldados Antônio Abreu e Smailly Carvalho, cuja ação foi flagrada pelas câmeras de um estabelecimento. Seu carro foi encontrado no dia seguinte na Estrada do Arroz, sem placas e sem o sistema de som.

O corpo foi encontrado uma semana depois na mesma localidade que seu carro havia sido abandonado.

Os militares foram presos, mas negaram envolvimento no caso.

O terceiro envolvido, o segurança Claudiomar Ferreira dos Santos, foi preso também.

Ele confessou sua participação no assassinato do estudante e contou detalhes como, Abreu e Smailly, tinham executado o jovem.

ENTREVISTA EXCLUSIVA

Manuela d'Ávila lança livro em São Luís

GIOVANA KURY

Mulher, mãe, ativista, política. Manuela d'Ávila (PC-doB), ex-candidata à vice-presidência da República ao lado de Haddad e companheira de partido de Flávio Dino, estará em São Luís, hoje, quarta-feira (24), para o lançamento de seu livro. *Revolução Laura: reflexões sobre maternidade e resistência* conta sobre o desafio de disputar o segundo turno das eleições sem abrir mão da maternidade. O evento acontecerá na Casa do Maranhão, a partir das 18h, com a presença do governador Flávio Dino.

Confira a entrevista:

O Imparcial – Você vem para cá lançar seu livro. Ele fala sobre sua trajetória como mãe, feminista e política. Você sofreu resistências nestas últimas eleições?

Manuela d'Ávila – Foi a campanha com mais fake news da história da política brasileira e eu fui o principal alvo delas, porque causa muita estranheza ver uma mulher de 37 anos que não tem parentes importantes concorrendo à vice-presidência da República. Mais ainda quando essa mulher carrega uma bebê que é amamentada no colo. Então, as maiores dificuldades foram as mentiras inventadas; a violência que essas notícias geraram; e também o estranhamento de ver uma criança ocupando um espaço público.

Qual é o papel das mulheres diante deste Governo?

Esse Governo tem medidas que prejudicam a todo o povo, mas especialmente as mulheres. No Brasil, a realidade é que as mulheres negras são sempre as mais prejudicadas por medidas restritivas. Então, a reforma da Previdência prejudica mais as mulheres, as reformas propostas na educação prejudicam as crianças e mais as mulheres – porque as mulheres são as primeiras a sair do trabalho se os filhos não tiverem mais escola – como é a proposta do ensino à distância. Então, nosso papel é resistir. Resistir a essas propostas que destroem o Brasil, propostas pró-Bolsonaro.

Qual impacto você acha que estas propostas podem causar no Maranhão?

As medidas da reforma da Previdência prejudicam sobretudo os mais pobres, e o Maranhão – de cabeça muito erguida, com o Governo Flávio Dino – enfrenta um dos piores IDHs do Brasil, porque historicamente o Nordeste e o estado não tiveram políticas públicas para enfrentar a desigualdade e a miséria. Então, o baque da aposentadoria antecipada para uma trabalhadora rural no Maranhão, onde milhares de pessoas vivem nessa situação, é gigantesco. Para mim, é muito claro quem serão os maiores prejudicados com essa reforma. Uma das propostas do Governo Federal é acabar com a educação em sala de aula, não renovar o FUNDEB e a total desvinculação do investimento em saúde e educação. Se já existe a luta para ampliar o financiamento em educação em estados que nunca receberam, imagina se não houver mais a obrigatoriedade desses investimentos.

Você vê as agendas do Governo Federal e a do Maranhão como diferentes?

São agendas completamente opostas. Um governador como Flávio lutando para garantir dignidade e os outros preocupados só com os lucros dos bancos. Parece um pesadelo.

Diante de formações de alianças por meio de consórcios, como você vê o papel do Nordeste na situação política atual?

Eu acho que muito bonito que, num momento de tanta crise no Brasil, o Nordeste, que por tanto tempo foi abandonado pelos políticos, seja a chama da esperança. Todos os investimentos públicos que chegaram, o Nordeste agarrou a perspectiva de se desenvolver com muita força. Agora, diante de um governo que é autoritário, que prega a violência, o povo nordestino segue sendo o povo da acolhida, da esperança. Então, o Nordeste acaba sendo a luz, as estrelas que brilham na noite escura que o Brasil enfrenta.

Ao seu ver, quais políticos estão exercendo um bom papel de oposição?

O Governador do Maranhão talvez seja o principal deles. O que está na prática mostrando como é possível, mesmo diante de uma crise econômica tão severa como a brasileira, garantir investimentos públicos e, a partir desses investimentos, sair da rota da crise – que é o que o Maranhão fez nos últimos tempos. Gerando emprego, garantindo escolas dignas, garantindo que o Estado seja um bom lugar para se investir, viajando o mundo e vendendo o Maranhão como um espaço de investimentos, permitindo que os jovens estudem. Então, acho que o Flávio Dino é um bom exemplo disso.

Sobre o Governo de Flávio Dino, muitos maranhenses especulam sobre uma possível candidatura do pecebista à Presidência da República em 2022. Você acha que pode acontecer?

Eu acho que seria uma maravilha se acontecesse, se o Maranhão pudesse dar um presidente ao Brasil que orgulhasse todo o seu povo e o povo brasileiro. Um presidente comprometido com a justiça social, com o desenvolvimento, com as nossas crianças... Comprometido com o Brasil melhor, um Brasil de todos.

Quanto à sua trajetória na política, você pretende se candidatar em breve? Como estão seus planos?

Eu terminei meu mestrado, estou lançando este livro e vou lançar outro, teórico, sobre as lutas das mulheres, no segundo semestre... Organizei para o ano todo uma produção mais vinculada à Academia. Tive 14 anos de mandato, desde os 22 anos. Esse ano, eu organizei para mim. Estou viajando o Brasil inteiro, mais ainda que na campanha. Estou conseguindo fazer as coisas que me fazem feliz. Ajudar a organizar a resistência a esse governo e dar um tempo da vida parlamentar. É importante que a gente permita que outras pessoas cheguem e possam participar.

ATUALIZAÇÃO

Servidores farão recadastramento

A iniciativa é uma das ações que serão postas em prática em prol do equilíbrio previdenciário do estado e serve para verificar a regularidade, por meio da prova de vida

Atualizar a base de dados do Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS) é um dos objetivos do recadastramento de servidores inativos e pensionistas, que será realizado nos próximos meses pelo Governo do Estado, por meio do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão (Iprev). A iniciativa é uma das ações que serão postas em prática em prol do equilíbrio previdenciário do estado.

Além de atualizar dados básicos, o recadastramento dos servidores serve para verificar a regularidade, por meio de prova de vida, do pagamento de aposentadorias e pensões. Os dados assim obtidos também vão subsidiar o cálculo atuarial, que é a estimativa dos valores necessários para garantir o pagamento de aposentadorias e pensões no longo prazo, e melhorar o planejamento das compensações previdenciárias.

Outro ponto positivo é a economia que será gerada para a previdência estadual a partir do recadastramento. Segundo dados divulgados pela Secretaria de Previdência do Ministério da Economia, em 2016, o recadastramento realizado por regimes próprios de previdência de outros estados e municípios resultou em uma economia de aproximadamente R\$ 38 milhões mensais.

O presidente do Iprev, Joel Benin, destacou a importância do trabalho. “Essa medida vai nos ajudar a oferecer um serviço com mais qualidade para



UM PONTO POSITIVO É A ECONOMIA QUE SERÁ GERADA PARA A PREVIDÊNCIA ESTADUAL

os aposentados e pensionistas, dentro da perspectiva de valorização dos servidores determinada pelo governador Flávio Dino. Ao conhecer melhor os dados dos nossos beneficiários, poderemos criar políticas públicas mais adequadas e precisas, além de gerir melhor o dinheiro público”, explicou Joel Benin.

ETAPAS

A intenção é que, nos anos seguintes, o recadastramento dos servidores inativos se transforme em política permanente da previdência pública estadual. Assim, a atualização dos dados cadastrais e a prova de vida passarão a ser feitos no mês do aniversário do segurado, a exemplo do que já

ocorre com os servidores ativos.

Atualmente, o Iprev está na fase de elaboração de edital e termos de referência, para eventual contratação de empresa especializada ou celebração de parcerias para o recadastramento dos servidores. Em paralelo, o instituto desenvolve ainda outras iniciativas, a exemplo da troca de base de dados com outros entes públicos e a implementação de soluções de TI (Tecnologia da Informação). Os objetivos são identificar com mais rapidez eventuais disparidades de informações.

Atualmente, o Iprev contabiliza exatos 45.340 beneficiários, sendo 33.927 aposentados civis e militares e 11.413 pensionistas.

EVENTO

Prefeitura promoverá conferência de saúde



A CONFERÊNCIA SERÁ REALIZADA NO CAMPUS DA UFMA

A Prefeitura de São Luís, por meio da Secretaria Municipal de Saúde (Semus), e o Conselho Municipal de Saúde, promoverão nesta quinta (25) e sexta-feira (26), no Auditório Paulo Freire (Campus do Bacanga – Universidade Federal do Maranhão – UFMA), a 12ª Conferência Municipal de Saúde. Com o tema: “Democracia e Saúde: Saúde como Direito e Consolidação e Financiamento do SUS”, o evento tem como objetivo avaliar os serviços e as ações do setor executadas pelo poder público. O trabalho também servirá para a elaboração de propostas que serão encaminhadas às conferências estadual e nacional de saúde marcadas para junho e agosto, respectivamente. A abertura acontecerá às 15h do dia 25 e contará com a presença de conselheiros e outras autoridades, dentre elas, o secretário municipal de Saúde, Lula Fylho. Para o gestor da Semus, a realização da Conferência é o cumprimento de uma determinação legal para que se conheça as demandas da sociedade. “Além de registrar avanços significativos na gestão pública, o prefeito Edivaldo também tem como prioridade oportunizar espaços de interação e diálogo com a sociedade para ouvir dúvidas, sugestões, elogios e também reclamações”, disse. – **PROGRAMAÇÃO** – No primeiro dia (25), será realizada a palestra “Democracia e Saúde: Saúde como Direito e Consolidação e Financiamento do SUS”, com a representante do Fórum Permanente das Entidades dos Usuários do SUS de São Luís, Magda Aparecida Gonçalves. Na sexta-feira (26), a partir das 8h, estão previstas mesas-redondas que abordarão os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) na capital maranhense, com a participação dos Superintendentes de Ações de Saúde, Sabrina Furtado, de Assistência à Rede, Charles Pereira e de Programação e Avaliação dos Serviços de Saúde, Alexandre Santos. Às 11h, serão distribuídos os grupos de trabalho para as discussões da tarde. Às 14h, três grupos debaterão temas como: saúde e direito. Às 15h30, acontecerá a plenária final com a apresentação das propostas elaboradas a partir das discussões.

MOBILIDADE

Carrinhos elétricos vão circular no Centro Histórico



OS CARRINHOS POSSUEM ESPAÇO PARA CADEIRANTE E ACOMPANHANTES E SERÃO CONDUZIDOS POR PROFISSIONAIS DA SMTT

A Prefeitura de São Luís recebeu na manhã desta terça-feira (23), da Vara de Interesses Difusos e Coletivos do Tribunal de Justiça, carrinhos elétricos que facilitarão o trânsito de pessoas com deficiência física e mobilidade reduzida no Centro Histórico. A doação dos veículos é resultado de iniciativa da Vara de Interesses Difusos e do Ministério Público da Raposa. O prefeito Edivaldo Holanda Junior acompanhou a entrega dos equipamentos, que se somam às iniciativas da gestão para promover tanto a acessibilidade na cidade quanto o turismo no Centro Histórico.

“A entrega dos carrinhos é uma ação muito importante da Vara de Interesses Difusos e Coletivos que amplia as ações de acessibilidade que já vêm sendo colocadas em prática pela Prefeitura. Agradeço a iniciativa dos órgãos da Justiça, que contribui também para ampliar o acesso ao turismo na região do Centro Histórico”, destacou o prefeito Edivaldo que estava acompanhado de secretários municipais que também prestigiaram a en-

trega.

O juiz da Vara de Interesses Difusos e Coletivos do Tribunal de Justiça, Douglas Martins, disse que a ação mostra de forma concreta o papel da Justiça na sociedade, garantindo direitos aos cidadãos. “Nossa expectativa é de que, com importantes parcerias como essa do poder público municipal, o projeto seja aperfeiçoado com o tempo e garanta a mais pessoas esse acesso”, acrescentou o juiz.

A doação dos três veículos que vão circular pelo Centro Histórico é fruto de uma conciliação que resultou de um processo judicial do Ministério Público contra empresa privada. “Aqui, o Ministério Público mais uma vez exerce o seu papel constitucional, resolvendo o conflito da melhor forma possível que é através da conciliação e em prol dos direitos dos cidadãos”, explicou o promotor da Comarca de Raposa, Reinaldo Campos.

Os carrinhos elétricos possuem espaço para cadeirante e acompanhantes e serão conduzidos por profissionais da Secretaria Municipal de Trâns-

porte e Transportes (SMTT). O projeto piloto é inicialmente exclusivo às pessoas com deficiência. A Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social (Semcas) está realizando o treinamento dos condutores e demais profissionais que atenderão diretamente as pessoas com deficiência. A capacitação, que também será realizada pela Escola Superior da Magistratura (Esmam), tem o objetivo de garantir a acessibilidade atitudinal, que consiste em eliminar atitudes baseadas em preconceitos e estigmas que são barreiras no processo de inclusão. O desembargador Froz Sobrinho, diretor da Esmam, também participou do evento.

TESTE DE ACESSIBILIDADE

Na última quinta-feira (18), o prefeito Edivaldo acompanhou, ao lado do juiz Douglas Martins e do promotor Reinaldo Campos, os testes realizados com um dos veículos. O advogado Diego Felipe Chaves, que é cadeirante, avaliou o veículo que percorreu as ruas do Centro Histórico.

AMPLIAÇÃO

Governo capacita equipes de 20 municípios



O TREINAMENTO SERÁ DIAS 25 E 26 NA CENTRAL ESTADUAL

Com ações voltadas para o controle do *Aedes aegypti*, o Governo do Maranhão realiza, até sexta-feira (26), capacitação teórica e prática de equipes de 20 municípios maranhenses sobre o ciclo evolutivo do mosquito transmissor da dengue, chikungunya e zika, situação epidemiológica das arboviroses no Maranhão, assim como a relação epidemiológica entre Levantamento Rápido do Índice de Infestação por *Aedes aegypti* (LIRAA) e Ultra Baixo Volume (UBV), em São Luís.

Segundo a secretária adjunta da Política de Atenção Primária e Vigilância em Saúde da Secretaria de Estado da Saúde (SES), Waldeise Pereira, a estratégia ampliará o número de profissionais dos municípios maranhenses habilitados na área de aplicação de Ultra Baixo Volume (UBV), além de continuar, de forma permanente, com a mobilização pelo combate do mosquito *Aedes*. “O curso vai ramificar os profissionais do município sobre a aplicação de Ultra Baixo Volume (UBV). A partir da capacitação, os agentes de endemias vão aplicar o UBV de acordo com os critérios adequados”, destacou.

Nesta quinta-feira (25) e sexta-feira (26), o treinamento prático acontecerá na Central Estadual de Controle de Vetores, localizada na Areinha. Na ocasião, técnicos da Superintendência de Epidemiologia e Controle de Doenças, por meio da Coordenação do Programa de Prevenção e Controle de Arboviroses – dengue, chikungunya e zika, apresentarão técnicas de UBV no combate ao *Aedes*, aplicação do inseticida, entre outros.

A superintendente de Epidemiologia e Controle de Doenças da SES, Graça Lírio, a capacitação compõe a agenda de atividades da SES no combate ao mosquito. “Nosso intuito é ampliar o número de equipes no combate ao *Aedes* que estão atuando nas regionais de saúde do estado. O treinamento serve como forma de capacitação a fim de garantir respostas rápidas quando houver demandas extras”, disse.

São Luís, quarta-feira, 24 de abril de 2019

MELHORIA PARA POPULAÇÃO

RG+ passa a valer no estado do Maranhão

Com a presença de autoridades, deputado estadual Duarte Jr vê seu projeto de lei, aprovado em parceria com o também parlamentar Zé Gentil, virar realidade

O lançamento do RG+, a nova carteira de identidade do Maranhão, um documento unificado no qual podem ser incluídos os dados de vários outros documentos, aconteceu no início desta semana. Após aprovação na Assembleia Legislativa e com a sanção do governador Flávio Dino, o projeto de lei dos deputados Duarte Jr. e Zé Gentil virou lei e passou a vigorar no Maranhão em tempo recorde.

A cerimônia contou com a presença do secretário estadual de Segurança Pública, Jefferson Portela; o secretário estadual de Direitos Humanos, Francisco Gonçalves; a presidente do Viva/Procon, Karen Barros; delegado adjunto da Receita Federal, Carlos França; as deputadas estaduais Daniela Tema e Mical Damasceno; o deputado estadual Duarte Jr e outras autoridades.

Não haverá aumento de custos para o cidadão. O novo documento é opcional, sendo a primeira via gratuita e a segunda, R\$ 32,83, sem alteração. A partir de agora, quem quiser tirar o RG+ é só se dirigir a uma unidade do Viva/Procon e solicitar a inclusão do número e data de validade dos seguintes documentos (cujos originais devem ser apresentados no momento do atendimento): carteira de motorista, título de eleitor, carteira de trabalho, registro profissional (como OAB, CRM etc.), identidade de contribuinte do imposto de renda, certificado militar, NIS/PIS/Pasep, certidão de nascimento (com resumo de comarca, cartório, livro, folha e nº do registro) e outros. Também podem ser incluídos o tipo sanguíneo, declaração de doador de órgãos e informações sobre condições especiais de saúde, como alergi-



DEPUTADO ESTADUAL DUARTE JR TIROU SEU NOVO DOCUMENTO DE IDENTIDADE RG+

as e outras.

Com a unificação de todos esses documentos no RG, o cidadão tem as vantagens de mais economia de tempo e dinheiro. “Com menos burocracia, os maranhenses podem ter seu direito de identificação efetivado, respeitado e por um custo bem menor”, esclarece Duarte Jr, que aproveitou o evento para tirar sua primeira via do novo documento. “Isso é mais segurança jurídica, além de ser muito mais prático andar com apenas um documento no bolso, menos papel, menos resíduos sólidos”, completa o deputado. Francisco Gonçalves, secretário de Direitos Humanos, também saudou o novo documento. “É uma cédula que unifica todos os documentos, isso facilita a vida das pessoas, amplia acessibilidade e amplia direitos”, afirma. Karen Barros, presidente do Vi-

va/Procon esclarece que o novo RG pode trazer mais economia nos recursos públicos e mais sustentabilidade, com a impressão de menos papel: “Com a aprovação do projeto, a Secretaria de Segurança Pública, através do Instituto de Identificação, conseguiu em tempo recorde reformatar o sistema para abranger todos esses novos dados que a lei exige”, informa Karen.

Um dos objetivos do novo documento é evitar falsificações. Jefferson Portela, secretário de segurança pública, adverte que o RG+ pode combater a duplicidade de documentos, efetuada por fraudadores e foragidos da justiça. “Agora, condensando dados num documento único, o Estado dificulta o sistema de fraudes e atitudes ilícitas. E a pessoa de bem tem o conforto de se identificar com um documento só”, finaliza.

EDUCAÇÃO

MEC analisa programa de ensino médio integral

O Ministério da Educação (MEC) está reavaliando o Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. A intenção da pasta é verificar como os recursos estão sendo usados nos estados para definir os próximos passos do incentivo, de acordo com o diretor de Ações Educacionais do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Arcione Ferreira Viagi.



Viagi participou na Câmara dos Deputados, do seminário Tempo Integral: Alternativa para o Ensino Médio Brasileiro. O programa, criado em 2016, foi citado pelos participantes como fundamental para incentivar que as escolas de ensino médio ofereçam mais tempo de atividades aos estudantes. “Precisamos ver como está a execução desses recursos”, disse Viagi. Ele explicou que o FNDE, autarquia responsável por gerir os recursos repassados pelo MEC para estados e municípios, está realizando uma análise para entender a relação do investimento feito nas escolas com a melhoria dos resultados dos estudantes.

Mais especificamente no Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, foram liberados R\$ 800 milhões, previstos desde o ano passado. “O presidente do FNDE

[Carlos Alberto Decotelli] está rodando o Brasil mostrando a disponibilidade de recursos hoje nos bancos, que não estão sendo aplicados. Os secretários às vezes se assustam ao ver o volume de recursos que está parado”.

Continuidade

O Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral foi lançado para ajudar os estados a implementarem o novo ensino médio. A intenção do novo modelo é oferecer aos estudantes uma formação que os aproxime do mercado de trabalho, da vida universitária e do caminho que querem seguir, possibilitando que escolham o que aprender em parte das horas que ficam na escola. Para isso, as redes de ensino devem aumentar o tempo de aula. Hoje, a maior parte dos estudantes fica 5h por dia na escola. Esse tempo deverá chegar a 7h.

O tempo integral está previsto também no Plano Nacional de Educação (PNE), Lei 13.005/2014, que estabelece que, no mínimo, 25% dos estudantes do país sejam atendidos em jornadas diárias de 7h ou mais até 2024. Em 2017, 15,3% das matrículas eram em educação em tempo integral. No Ensino Médio, apenas 9,5% das escolas são em tempo integral.

A manutenção da ajuda do MEC aos estados é preocupação sobretudo dos secretários de educação estaduais, que são responsáveis pela maior parte das matrículas do ensino médio. “Muitos estados iniciaram a expansão do ensino integral no ensino médio a partir do projeto de fomento do MEC. Esses estados precisam dessa complementação porque a escola integral tem demandas fortes de reorganização da infraestrutura, tem a questão dos laboratórios, dos ambientes de vivência. Essas coisas não estão contempladas pelo senso comum

das políticas públicas de financiamento da educação”, disse o representante do Conselho Nacional dos Secretários de Educação (Consed), Aléssio Trindade.

Esclarecimentos

Para dar mais segurança aos estados, o deputado federal, Idilvan Alencar (PDT-CE) pretende enviar ao MEC um requerimento de informação questionando se haverá um novo edital para fomentar o aumento da escola em tempo integral e se os editais vigentes continuarão a ser pagos aos entes federados. “A continuidade ou não gera certa inquietação das escolas porque o MEC não se pronunciou sobre isso”, disse. O requerimento será apresentado amanhã (24) à Comissão de Educação da Câmara dos Deputados. Aprovado, será encaminhado à pasta.

Tempo integral

“O que nós chamamos de escola em tempo integral, o mundo desenvolvido chama de escola e isso faz muita diferença. Quando a gente compara o sistema de educação brasileiro ao europeu não estamos comparando a mesma coisa. Com o ensino integral vamos só estar chegando ao modelo que é o básico no resto do mundo”, defendeu o diretor de Estratégia Política do Movimento Todos pela Educação, João Marcelo Borges. As redes que já possuem escolas em tempo integral têm mostrado resultados positivos. Em Pernambuco, estado considerado modelo nesse quesito, 57% das vagas ofertadas no ensino médio são atendidas por unidades de tempo integral. No estado, os estudantes saltaram da 22ª posição no ranking do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) em 2007, para a terceira em 2017. Além disso, a rede é destaque por ter a menor desigualdade de aprendizagem do Brasil.

CHUVAS NO MARANHÃO

Viana perde mais um casarão histórico



CASARÃO DESABOU NA CIDADE DE VIANA NA ÚLTIMA SEGUNDA

SAMARTONY MARTINS

O acervo arquitetônico do município de Viana está ameaçado por conta das fortes chuvas que estão caindo no estado. Na última segunda-feira (22), um imóvel onde funcionou um dos primeiros hotéis do município, comandado por “Dona Filhinha” – como os vianenses a conheciam, não resistiu à força da água e desabou. Viana, que fica localizada na Baixada Maranhense, é a quarta cidade mais antiga do Maranhão. Teve sua origem na aldeia Guajajara de Maracu, que começou a ser povoada pelos missionários da Companhia de Jesus em 1709. O município possui vários imóveis seculares que estão ameaçados de desabamento. Segundo informações postadas pelo publicitário Luiz Antonio de Moraes, em uma rede social, o monumento foi abandonado no início dos anos de 1980 e, por intransigências familiares, permaneceu em ruínas, até hoje, no seu desabamento. Luiz Antônio, ressalta que o casarão agora “faz parte da dilapidação do patrimônio histórico vianense, tal qual o seu vizinho do lado direito: o famoso sobrado de Ozimo de Carvalho, cujo terreno foi doado pela prefeitura à Academia Vianense de Letras (AVL), que por sua vez luta para obter recursos para reerguer o prédio e transformá-lo em sua futura sede”, escreveu o publicitário.

Em entrevista a **O Imparcial**, Eduardo Longhi, superintendente do Departamento de Patrimônio Histórico, órgão veiculado à Secretaria de Estado da Cultura, informou que desde o final do ano passado estão agendadas visitas técnicas ao município para verificar a situação dos imóveis. “Vamos realizar na segunda quinzena de maio uma visita técnica nos municípios de Viana, Caxias e Carolina que possui um grande número de casarões históricos. A intenção é fazer um levantamento sobre a situação destes imóveis para tomarmos as devidas providências.”, ressaltou Eduardo Longhi.

Última vitória aconteceu em 2013



CASARÃO AMARELO FOI UM DOS IMÓVEIS VISTORIADOS

Em apuração de **O Imparcial**, a última vez que o Departamento de Patrimônio Histórico esteve em Viana, realizou uma visita, em outubro de 2013, a dois prédios de arquiteturas coloniais, localizados na área de tombamento da cidade. A Academia Vianense de Letras foi o primeiro prédio a receber a visita dos técnicos da Secma, que analisaram e avaliaram os reparos que deve sofrer em sua infraestrutura. Situada na Rua Antônio Lopes, nº 535, a casa de arquitetura originalmente colonial pertenceu a Amâncio de Aquino, autor da letra do Hino Vianense. Amâncio era radiotelegrafista e, por isso, sua residência funcionou como Correio e Telégrafo de Viana por muito tempo. O casarão foi adquirido no ano de 1951 pelo comerciante e vereador Ananias Gomes de Castro, que, por diversas vezes, foi palco para festas e bailes municipais de carnaval. Atualmente, o imóvel abriga a Casa de Cultura de Viana.

O Sobrado Amarelo foi o segundo prédio a ser visitado pelos técnicos. Localizado na Rua Cônego Hemetério, 244 – Centro, o Sobrado viveu o apogeu do desenvolvimento econômico do Brasil. Os altos do sobrado serviam de residência para os proprietários e o andar térreo funcionava como ponto comercial e abrigava a Fábrica Santa Maria. Construído em 1843 por proprietário de posse econômica abastada, o Sobrado Amarelo de Viana foi incluído à classe produtora e exportadora vianense. Dessa prosperidade, pode-se dizer, surgiram os imóveis construídos com elementos duráveis, casarões com fachadas de azulejos e uma arquitetura estilo portuguesa.

Em fevereiro deste ano, a deputada estadual Mical Damasceno (PTB) apresentou indicação à Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, para que seja feito um estudo técnico no acervo artístico e histórico dos casarões de Viana. De acordo com a parlamentar, o município está entre as quatro cidades maranhenses que têm o seu material tombado pelo Patrimônio Histórico do Estado desde o ano de 1988.

DJ Arsênio na noite

O DJ Arsênio Filho (que será uma das atrações do Niver do Ned, dia 3, no Grand São Luís Hotel), está também às voltas com os preparativos da comemoração de seus "30 Anos de Noite". Será no próximo dia 10 de maio, no Hotel Blue Tree Towers, durante o show da Legião Urbana, num "after" que será animado por uma autêntica boate como nos anos 80 e 90. "Será um momento único na minha profissão", conta ele.



Ensino a Distância

A Uema recebeu convite para integrar a Associação de Educação a Distância dos Países de Língua Portuguesa, com sede em Portugal, ao lado de outras quatro universidades brasileiras, sendo a única da região Nordeste. A indicação foi feita pela Diretoria de Educação a Distância da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), órgão responsável por todas as políticas de fomento da EaD no Brasil.

Pra curtir

- Começa hoje e prossegue até dia 27, a Mostra Cine Sesc: Territórios Hostis, trazendo exhibições de quatro filmes nacionais e internacionais em sua programação.
- A mostra terá sessões gratuitas, a partir das 16h, no Cine Praia Grande (Centro Histórico). Quem desejar conferir a programação completa no www.sescma.com.br.
- A cidade de Pedreiras completa 99 anos nesse sábado (27), e vai ter festa em São Luís!

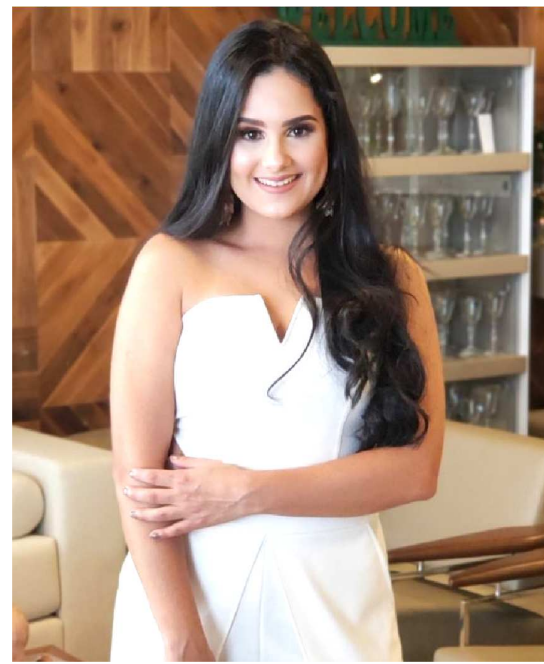
Para os pedreirenses e admiradores da cidade que residem na capital, o Resenha Buteco, no Turu, comemora o aniversário da cidade ao som de Forró Pé de chinelo, Neto do cavaco, Zequinha Ribeiro e Kosta Netto. A festa começa a partir das 19h.

No próximo dia 6 de maio, às 14h, no Auditório da unidade do Senac, na Rua do Passeio (Centro), acontecerá o "Workshop de Jato de Plasma: O Poder Rejuvenescedor da Nova Tecnologia".

O presidente da Fiema, Edilson Baldez, com sua diretoria executiva recebeu, nesta segunda-feira, 22, na Casa da Indústria, a visita do senador, Weverton Rocha, líder do Bloco Parlamentar Senado Independente - PDT. Ele estava acompanhado do presidente da Famem e prefeito de Igarapé Grande, Erlânio Xavier. Na reunião, o senador ouviu do presidente da Fiema o cenário preocupante pelo qual passam as entidades do Sistema S (Sesi, Senai, Sesc, Senac, Senar e Sebrae) com a proposta do governo federal de reduzir drasticamente e sem prévio estudo ou estatizar parte dos recursos privados, oriundos das empresas que custeiam o Sistema S.



Na foto com o deputado estadual Wendell Lages (PMN), o secretário de Estado do Esporte e Lazer (Sedel), que está a mil nas ações de fortalecimento ao esporte no Maranhão. Lembrando que hoje será encerrado o prazo de inscrições das escolas para os Jogos Escolares de 2019. Detalhe: as fichas deverão estar assinadas e carimbadas pelo diretor da escola.



Nesse sábado, 27, o Grupo Potiguar vai oferecer o workshop gratuito "A Arquiteta Explica - Grandes Formatos de Porcelanato", na loja do Cohafuma. O curso será ministrado pela arquiteta do grupo Yasmim Melo (foto), com dicas sobre tipos e vantagens desse produto, assim como a sua utilização. O mesmo curso será ministrado por ela, também às 10h, na loja da Cohama.

Bons ventos

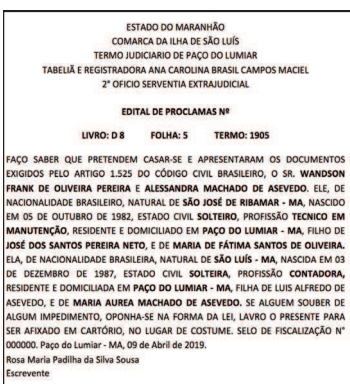
A temporada de cruzeiros 2018/2019 no Brasil contabilizou 100% de ocupação nas sete embarcações que navegaram por aqui, dentre eles o MSC Seaview, MSC Poesia, MSC Fantasia, MSC Orchestra, Costa Favolosa, Costa Fascinosa e o Pullmantur Sovereign. Segundo a Cia Brasil, na última temporada foram ofertados 500 mil leitos na temporada, número 15% acima do período 2017/2018, com 545 escalas realizadas em diversos destinos que incluem Rio de Janeiro, Santos, Búzios, Salvador, Ilhabela, Ilhéus, entre outros.

Estágio bem pago I

Engenharia ou Ciências Atuariais? Relações Públicas ou Economia? Qual o curso com os estágios mais bem pagos? As dez áreas com maior remuneração? A fim de levantar os valores oferecidos, o Nube - Núcleo Brasileiro de Estágios promoveu a 'Pesquisa Nacional de Bolsa-Auxílio 2018'. Realizada desde 2008, o atual resultado apontou a média geral em R\$ 968,18, ou seja, 3,4% menor comparado a 2017, quando o índice era de R\$ 1.002,79. O cenário demonstra os efeitos da recessão. O estudo ocorreu de janeiro a dezembro de 2018.

Estágio Bem Pago II

O levantamento revelou um montante de R\$ 1.095,89 para quem está no nível superior, queda de 2,65% em relação ao ano passado. Para os tecnólogos houve um declínio de 0,83% nos pagamentos, ficando em R\$ 1.003,23. O ensino médio técnico ficou quase estável, com um leve recuo de 0,05%, ficando em R\$ 767,90. Já para quem está no nível médio, uma boa notícia: o valor é de R\$ 631,10, crescimento de 1,72%. A região com melhores remunerações é a Sul, com R\$ 1.022,35. Logo em seguida ficou a Centro Oeste, com a quantia de R\$ 1.010,13.



O IMPARCIAL

O JORNAL MAIS ACESSADO DO MARANHÃO

3,5 MILHÕES

DE CLIQUES MENSAIS

OIMPARCIAL.COM.BR
92 ANOS DE CREDIBILIDADE



LEIA A TODA HORA
E EM TODO LUGAR

São Luís, quarta-feira, 24 de abril de 2019

Adeus a Gerson da Conceição!

O mundo reggae está desolado



PATRÍCIA CUNHA

Foram inúmeras as reportagens que fizemos com Gerson da Conceição, o Mano Bantu, em **O Imparcial**. Sempre que estava em São Luís, ele vinha à redação com uma novidade, um projeto, algo novo para contar. Show solo, tributo a Bob Marley, projeto BR-135, participações em shows, workshops... Gerson sempre dava um jeito de estar em São Luís. Morando em São Paulo desde 2002, o músico faleceu no último dia 22, na capital paulista, aos 52 anos, onde foi enterrado por decisão da família.

Gerson esteve em São Luís no início deste mês para o show Revival, no Créole, na Lagoa da Jansen. O evento teve a participação da Banda Vila Verde, Crioulo d'Fé, Tássia Campos, Preto Nando, dos DJs Neto Muller e Andrezinho Vibration. No show, o músico fez uma viagem no tempo, resgatando os sucessos que marcaram a trajetória da Banda Mano Bantu. "Vamos cantar clássicos como *Dow Dow, Lady*, e músicas do primeiro disco Negro Bantu. Será uma grande festa para relembrar quando fazíamos show no Creole, que sempre foi uma casa que nos recebeu desde o início", disse o cantor ao jornalista Samartony Martins. O artista deixou um legado infindável para a música, para o reggae. Foram inúmeras as produções e participações com outros artistas de renome como Zeca Baleiro, Rita Benneditto, Banda Black Rio, Tribo de Jah, dentre outros.

Na mais recente entrevista que deu a **O Imparcial**, revelou seus planos internacionais, inclusive, como o projeto da banda New Rockear's, que se preparava para lançar um single nas plataformas digitais, e estreou em 2015 no Festival Reggae On The Mountain, em Los Angeles. Na entrevista, ele revelou que o lançamento do novo álbum estava previsto para maio. "Este é um projeto internacional, a previsão é que a gente faça o lançamento nos Estados Unidos, neste verão ou no verão do próximo ano. Neste projeto eu faço a direção, os arranjos. Eu gravo tudo aqui em São Paulo, mando para o Jhagun, ele bota a voz lá e depois envia para mim novamente. E mixo tudo no estúdio. Estamos em fase de finalização. Mas o que está certo é que vamos lançar um single agora em maio", disse o cantor na época.

A repercussão da partida repentina do músico, um dos artistas mais conhecidos do reggae nacionalmente, vítima de infarto fulminante, foi grande. Amigos, parceiros da música e admiradores do seu trabalho, todos ficaram sem acreditar. O produtor e DJ Marcus Vinícius teve a honra de produzir (junto com Joaquim Zion) em fevereiro de 2015, no Projeto Sexta do Vinil, um tributo aos 70 anos de Bob Marley, no Porto da Gabi, ocasião em que foi lançado o selo Bob Marley 70. Gerson da Conceição e banda foram uma das atrações da festa com um repertório especial baseado nos grandes clássicos de Bob Marley. Para Ademair Danilo, gestor do Museu do Reggae, Gerson foi dos maiores nomes do reggae brasileiro, não apenas maranhense e que em suas composições

aliava a própria música com o sentimento do reggae roots. "Gerson gravava com grandes artistas do cenário nacional, já estava iniciando uma carreira internacional, fez excursão ao lado da Tribo de Jah. Todos estamos desolados. O mundo reggae está desolado porque nós perdemos uma grande pessoa, não apenas um grande artista, mas um homem generoso, uma pessoa genial, sempre disposto a colaborar com os amigos. Conseguia juntar a própria música com o sentimento do reggae roots que o maranhense tanto ama e que ele ajudava a espalhar pelo Brasil. Ele deixa saudade. Era um grande cara", comentou Ademair.

Lacuna no cenário musical

Muitos artistas de todo o Brasil deixaram suas mensagens na página do artista em suas redes sociais. Artistas como Rosa Reis: "Poxa! O Gerson não esteve este mês aqui fazendo show no Créole? Perdemos grande músico e grande pessoa. Vamos sentir muito sua falta. Muitas lembranças da época que comecei a fazer show na Ilha. Gerson era nosso baixista. Tocamos muitos anos juntos, muitas pedras rolavam no show. Siga na paz, meu irmão".

Salomão Di Pádua lamentou: "Um desses amigos que a gente perde de vista e, no entanto, nunca deixa de admirá-lo. Nos conhecemos no MPM de Cara Nova (1992), época frutífera da música maranhense, no Teatro João do Vale, ao lado de outros talentosos artistas como Regina Oliveira, Anna Torres, Ivandro Coelho, Jorge Macau, Soraya Alhadef, Célia Sampaio, Zé Carlos Daffé. Essa admiração e respeito, pela pessoa e artista que Gerson da Conceição representa, será eterna. Fique em paz, siga em paz".

A paixão pelo reggae

Em uma longa entrevista que Gerson deu a **O Imparcial** em 2012, eu perguntei a ele se tinha vontade de retornar com a primeira formação da banda em um CD, que era um sonho dele. Ele estava em São Luís, junto com a banda, a convite do coletivo Criolina, de Alê Muniz e Luciana Simões, para uma apresentação no projeto BR-135. Depois da apresentação com a formação original da Mano Bantu, teve repeteco no Bar do Nelson (Cachau), com as participações de Vagner Roots e do DJ Waldiney Reggae Point. "O que era pra ser descanso acabou virando trabalho, mas tudo isso faço com muito prazer, afinal, escolhi a música pra minha vida. Gosto muito de tocar no Nelson porque tem uma energia muito boa. Tem ali a praia e a questão de tocar perto das pessoas, de receber esse calor humano. Ter esse contato é muito gratificante e aceitei com prazer o convite. Outro lugar que tenho vontade de tocar é no Créole, mas quem sabe de uma outra vez", contou Gerson, mal sabendo ele que sua última apresentação na Ilha seria no local em que ele gostava tanto de tocar.

Ao longo da carreira em São Paulo, Gerson produziu os três CDs da Mano Bantu, fez a trilha sonora do filme

Jardim Beleléu, protagonizado por José Wilker, Talma de Freitas e Flávio Bauraqui, produziu faixas de CDs de Zeca Baleiro, como *Pet Shop Mundo Cão*, nas faixas *Guru da Galera*, *Eu Despedi o Meu Patrão*, *Flores do Asfalto*, parceria com a Black Rio nas composições, arranjos e produção, entre outros projetos.

De formação bastante eclética, ele começou a carreira acompanhando músicos maranhenses. Estudou violão clássico na Escola de Música, mas não chegou a se formar. Começou a estudar Engenharia na UEMA (Universidade Estadual do Maranhão), mas também largou. "A música era meu caminho. A música falou mais alto, é pra mim muito gratificante. E agora, depois de velho, tô fazendo faculdade de música (risos), trabalhando com arranjos, que é o que gosto", disse ele na época. Nessa faculdade, Gerson conseguiu se graduar. Formou-se em música pela Faculdade Paulista de Artes (FPA).



A Mano Bantu

Liderada por Gerson da Conceição (baixo e voz), a banda surgiu em 1997, mostrando suas influências africanas através dos ritmos folclóricos do Maranhão, fundindo-os com os vários gêneros do reggae (ska, rock steady, lovers rock e dub), daí a adoção do nome "Bantu", grupo étnico-linguístico africano com grande influência na cultura popular brasileira. A banda utilizava elementos rítmicos do folclore maranhense, como o boi de zabumba, fundindo-os com o reggae jamaicano. A banda gravou seu primeiro álbum independente intitulado "Negro Bantu" em 1999. Integraram a banda ainda os músicos Moisés Mota (bateria e backing vocal), Celsinho Black (percussão), Dudu Zappa (teclados), Rodrigo (guitarra), Eduardo "Du Trumpete" (trumpete) e Beavis (teclados).



ESTADO DO MARANHÃO
COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO MARANHÃO – CAEMA

MENSAGEM AOS ACIONISTAS

A Administração da Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão – CAEMA em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submeteu à apreciação dos seus acionistas, clientes, fornecedores e demais interessados, a Carta Anual, o Plano de Negócios e suas Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício de 2018, juntamente com os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal e a manifestação do Conselho de Administração, consoante anexos a este documento. O ano de 2018 foi marcado por investimentos importantes para a melhoria e a ampliação da capacidade operacional da companhia, possibilitando avanços na sua reestruturação. O Governo do Estado, sócio majoritário desta Empresa, continuou a aportar recursos para investimento, por entender que a melhoria dos indicadores de saneamento básico em um estado com graves carências de infraestrutura de saneamento significa, acima de tudo, a melhoria da qualidade de vida da população, ao mesmo tempo em que reduz drasticamente as despesas com a medicina curativa. No exercício de 2018, foi dada continuidade aos investimentos do ano anterior e iniciado novos investimentos em outros municípios, operados e não operados pela companhia. Isso se deve ao compromisso do Governo em atender os 30 municípios com os menores IDH do Estado, através do Plano de Ação Mais IDH que disponibiliza infraestrutura de água e Kits Sanitários para a população. Atualmente, a Empresa está finalizando a sua regularização com relação aos requisitos da Lei das Estatais, de forma a estar dentro das normas vigentes e apta para oferecer melhores serviços para os cidadãos e consumidores maranhenses. Neste momento, com o novo marco regulatório vigente, a CAEMA tem buscado avaliar a eficiência da sua operação em cada localidade, de forma a orientar melhor o planejamento estratégico da Companhia e consequentemente, construir um novo relacionamento com os municípios, com o intuito de melhorar os serviços prestados, porém com a garantia da sustentabilidade econômica da Companhia. Cumpre destacar a importância que tem sido dedicada também a projetos com o foco na redução de perdas, visando a sustentabilidade ambiental e uso sustentável dos recursos hídricos na redução de perdas de água e melhoria da eficiência energética. Desta maneira, a Companhia tem buscado implantar novos procedimentos, tecnologias e sistemas de controle com o propósito de aproximar a Empresa das Companhias de Saneamento referência e consequentemente, se manter atualizada com as inovações e o que há de mais novo no setor de saneamento. Contudo, ainda são diversos os fatores que impõem um ritmo elevado de progresso técnico nesse segmento, o que exige da CAEMA grande esforço em se modernizar e se inserir no cenário mundial de inovação. Além das obras, o nosso empenho também é no sentido de melhorar a qualidade dos serviços prestados buscando, insistentemente, o equilíbrio econômico-financeiro da Empresa. Precisamos dar passos mais largos, estabelecendo metas que prevê a redução no índice de perdas de 65% para 40% até 2020, com melhoria contínua, até atingir patamar considerado aceitável nacionalmente. A CAEMA precisa prosseguir com o programa de trabalho em estrita conformidade com as melhores práticas de governança corporativa e com as diretrizes da gestão do Governador Flávio Dino, de modo a firmar a sua capacidade de renovação e atingimento de indicadores aceitáveis no ranking do saneamento. Destacamos que no ano de 2018, o montante de investimento atingiu aproximadamente R\$ 88 milhões, valor expressivo considerando anos anteriores. Deste montante, foram entregues diversas obras, incluindo-se também a elaboração de projetos de sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário. O valor investido possibilitou a entrega de diversas obras relevantes para avançar no cumprimento da meta para universalização da prestação dos serviços de saneamento, alinhado com o firme compromisso do atual governo na busca desta universalização, com a visão de que o saneamento é prioridade e que todos os domicílios devem conectar-se aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Além dos investimentos em obras, assumimos também o compromisso de buscar, insistentemente, a excelência na prestação dos serviços aos clientes. Sabemos que isso não é fácil em razão do cenário de dificuldades, mas acreditamos que com o indispensável apoio do Governador do Estado, dos demais diretores e dos nossos colaboradores, vamos conseguir vencer. Dessa forma, temos buscado, permanentemente, o fortalecimento da CAEMA como empresa pública eficiente e competitiva, num mercado que já se mostra muito exigente e concorrido, em razão da maior consciência do cidadão, do ordenamento jurídico do setor e da abertura do mercado do saneamento para a iniciativa privada. Referente às entregas de obras, destacamos, no contexto deste Relatório, algumas entregas e obras ainda em fase de execução. São obras de grande alcance socioambiental, elencadas como prioridades da CAEMA e do Plano de Governo, que integram os programas "Mais Saneamento" e "Água para Todos". Dentre as principais entregas realizadas em 2018 temos a substituição dos 19 km de extensão da adutora em aço do Sistema Italuí, no Campo de Perizes, obra de grande impacto positivo para a população de São Luís que permitiu melhorias no abastecimento, garantindo a confiabilidade operacional e evitando gastos provenientes de consertos recorrentes. Além do Sistema Italuí, na capital, foram realizados investimentos no interior do Estado com o foco na Ampliação e melhoria do abastecimento de água de vários municípios, pelo "Programa de Recuperação de Sistemas (PRS)" que contemplam em torno de 153 municípios e pelo "Programa Mais IDH" que contemplam 30 municípios com obras de ampliação e melhorias de sistemas, sendo que foram entregues 7 obras do PRS, 17 obras do Mais IDH e o restante se encontra em andamento ou em fase de elaboração de projetos. Quanto às obras de esgoto, integrantes do Programa "Mais Saneamento", destacamos a ampliação do sistema de esgotamento sanitário no bairro de Bacuri em Imperatriz e a obra em andamento da implantação do sistema de esgotamento sanitário em Itapeuru-Mirim. Em São Luís na busca para atingir a meta de ampliar a coleta e tratamento de esgoto de 4% até 70% várias obras estão em curso, com um investimento da ordem de recursos provindos do PAC, com a contrapartida do Governo Estadual, como a construção da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Anil. Todas estas ações, quando finalizadas, resultarão em impacto positivo na balneabilidade das praias de São Luís, na qualidade de vida da população e na mitigação da degradação ambiental. No ano de 2018 enfrentamos muitas dificuldades, mas conseguimos superá-las com a ajuda do governo, dos demais diretores e dos colaboradores. Dessas dificuldades tiramos muitas lições e certamente saímos mais fortalecidos e com a convicção de que é possível tornar a CAEMA mais eficiente, competitiva e capaz de prestar um serviço com maior qualidade, melhorar os seus indicadores operacionais, atuar com responsabilidade socioambiental e alcançar o equilíbrio econômico-financeiro. É com essa certeza que agradecemos o apoio e a confiança que o Governador do Estado, na condição de representante do acionista majoritário, nos depositou para conduzirmos os negócios da Empresa, e também agradecemos aos acionistas minoritários. Agradecemos igualmente a Presidente do Conselho de Administração de 2018, a Senhora Flávia Alexandrina Coelho Almeida Moreira (Secretária de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano), bem como os demais conselheiros; os nossos agradecimentos aos senhores prefeitos, na condição de representantes do Poder Concedente; aos nossos fornecedores que são parceiros do dia a dia; aos representantes das instituições financeiras nacionais e internacionais; e, em particular, aos senhores clientes, razão da existência da CAEMA. Quanto à Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores, agradecemos pela responsabilidade na condução dos anseios da categoria. Sabemos que tivemos algumas posições divergentes, mas, mesmo assim, as nossas convergências foram superiores e, num clima de equilíbrio, bom senso e responsabilidade mútua, suplantamos as divergências e encontramos soluções razoáveis para as partes. É com essa mesma postura que reafirmamos o nosso compromisso de sempre buscar o diálogo, a solução responsável e razoável, de modo a atender as reivindicações trabalhistas postas à mesa de negociação sem, contudo, inviabilizar a Empresa. Finalmente, agradecemos a dedicação e o comprometimento dos empregados da CAEMA, oportunidade em que pedimos a todos que alimentem sempre a esperança de que é possível, juntos, construirmos uma CAEMA pública eficiente, competitiva, com sustentabilidade econômico-financeira e em contínua busca da excelência na prestação dos serviços. Nesse sentido, conclamamos a todos para essa empreitada. Sabemos dos desafios, mas temos a convicção de são eles que proporcionam a motivação e o aprendizado contínuo e que é possível superá-los. Com determinação e comprometimento, transformaremos a nossa Visão de Futuro de um simples desejo, numa realidade, de tal modo que a população possa reconhecer a nossa CAEMA como uma empresa que "promove desenvolvimento e dignidade à população, mediante a universalização do abastecimento de água e tratamento de esgotos".

Engº Carlos Rogério Santos Araújo
Diretor-Presidente da CAEMA

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores em Reais Mil)

ATIVO	Notas Explicativas	31.12.2018	31.12.2017	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas Explicativas	31.12.2018	31.12.2017
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	81.057	105.375	Fornecedores e empreiteiros		142.947	134.223
Contas a receber de clientes	5	955.503	820.095	Impostos e contribuições	11	1.050.239	923.622
Estoques	6	9.171	12.318	Provisões		21.334	22.474
Impostos a recuperar	7	8.331	5.511	Contrato de repasse de recursos - PAC	12	447.092	410.091
Outros créditos a receber	8	150.612	3.258	Convênios	13	13.386	13.386
				Outras contas a pagar	14	22.278	21.893
Total do ativo circulante		1.204.674	946.557	Total do passivo circulante		1.697.276	1.525.689
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo				Impostos e contribuições	11	21.337	25.925
Contas a receber de clientes	5	17.356	15.125	Provisão para contingências	15	108.696	108.696
Depósitos judiciais	9	54.914	50.091	Concessões	16	7.095	7.095
Outros créditos a receber	8	466	46				
Investimentos	3	3	3				
Imobilizado	10	1.386.411	1.293.550				
Intangível		1.189	1.189				
Total do ativo não circulante		1.460.339	1.360.424	Total do passivo não circulante		137.128	141.716
TOTAL DO ATIVO		2.665.013	2.306.981	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.665.013	2.306.981

(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.)

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores em Reais Mil)

	2018	2017	
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	18	417.048	514.555
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	19	(371.844)	(322.349)
LUCRO BRUTO		45.204	192.206
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS			
Administrativas e gerais	20	(141.821)	(131.624)
Comerciais	21	(35.303)	(34.030)
Tributárias	22	(303)	(194)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	23	24.792	953
		(152.635)	(164.895)
Lucro (Prejuízo) Operacional antes do Resultado Financeiro		(107.431)	27.311
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	24	12.579	9.657
Despesas financeiras	25	(76.074)	(62.773)
		(63.495)	(53.116)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CSLL		(170.926)	(25.805)
Provisão para Imposto de Renda	29	-	-
Provisão para CSLL	29	-	-
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(170.926)	(25.805)
PREJUÍZO POR AÇÃO NO FINAL DO EXERCÍCIO – R\$		(0,086)	(0,016)

(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.)

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores em Reais Mil)

	2018	2017
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(170.926)	(25.805)
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE	(170.926)	(25.805)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
Capital social

	Nota Explicativa	Autorizado	Subscrito e Integralizado	Adiantamentos para Aumento de Capital	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016		2.500.000	1.532.173	68.321	6.614	(1.005.140)	601.968
Adiantamentos para aumento de capital	17.2	-	-	51.800	-	-	51.800
Transferências governamentais - auxílios para obra		-	-	11.613	-	-	11.613
Integralização de capital	17.1	-	110.279	(110.279)	-	-	-
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(25.805)	(25.805)
Saldos em 31 de dezembro de 2017		2.500.000	1.642.452	21.455	6.614	(1.030.945)	639.576
Adiantamentos para aumento de capital	17.2	-	-	361.959	-	-	361.959
Integralização de capital	17.1	-	350.523	(350.523)	-	-	-
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(170.926)	(170.926)
Saldos em 31 de dezembro de 2018		2.500.000	1.992.975	32.891	6.614	(1.201.871)	830.609

(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

	2018	2017
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Prejuízo do exercício	(170.926)	(25.805)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com recursos		
Provenientes das atividades operacionais:		
Constituição (reversão) da provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.865)	(6.135)
Depreciação	24.978	26.928
Baixa de ativo imobilizado	-	-
Outros	(149.813)	(5.012)
Aumento (redução) de ativos		
Contas a receber de clientes	(133.774)	(160.128)
Estoques	3.147	(4.305)
Impostos a recuperar	(2.820)	(2.403)
Outros créditos a receber	(147.354)	(869)
Investimentos	-	-
Depósitos judiciais	(4.823)	(5.741)
	(285.625)	(173.446)
Aumentos (redução) de passivos		
Fornecedores e empreiteiros	8.724	59.046
Impostos e contribuições sociais	122.029	159.964
Outras contas a pagar	129.999	231.857
	(305.439)	53.399
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(117.839)	(111.508)
Contratos de repasse de recursos - recebimentos	37.001	33.142
Transferências governamentais - auxílios para obras	9.473	-
Const. (reversão) de capital	352.486	63.413
Caixa líquido utilizado pelas atividades de investimento	281.121	(14.953)
AUMENTO (REDUÇÃO) NAS DISPONIBILIDADES	(24.318)	38.446
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	105.375	66.929
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	81.057	105.375
AUMENTO (REDUÇÃO) NAS DISPONIBILIDADES	(24.318)	38.446

(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1. Constituição e Objeto Social

A Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão – CAEMA ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, em regime de economia mista, constituída por meio da Lei Estadual nº 2.653, de 06 de junho de 1966, alterada pelas Leis nº 2.978, de 07 de julho de 1969, 3.886, de 03 de outubro de 1977, e 9.045, de 23 de outubro de 2009, com sede na cidade de São Luís (MA), na Rua Silva Jardim, nº 307, Centro. A Companhia tem como seu acionista controlador o Governo do Estado do Maranhão, que detém 99,99% do capital social. A Companhia tem por objetivo social a promoção de saneamento no Estado do Maranhão, em especial, a exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotos sanitários, em quaisquer comunidades do Estado, por intermédio de convênios e contratos com os correspondentes Administrações Municipais.

1.2. Concessão do Serviço Público de Saneamento Básico

A Companhia atua em 142 Municípios do Estado do Maranhão, em operações de abastecimento de água e/ou operações de esgotamentos sanitários, que apresentam a seguinte situação com relação aos Contratos de Concessão: 40 Sistemas Operados em Municípios cujos Contratos de Concessão se encontram vigentes em 31 de dezembro de 2018; 87 Sistemas Operados em Municípios com os Contratos de Concessão vencidos; dentre esses municípios, 34 se encontram com faturamento suspenso. A Companhia não atua em 75 Municípios do Estado do Maranhão. Os Contratos de Concessão em vigência, firmados com os Municípios com atuação operacional da Companhia, possuem os seguintes vencimentos:

Contratos de Concessão ou Re-ritaificações a vencer:	Quantidade de Contratos
• Em 2019	1
• Em 2021	4
• Em 2022	2
• Em 2023	2
• Em 2024	9
• Em 2025	4
• Em 2026	2
• Em 2027	7
• Em 2028	5
• Em 2047	3
• Em 2051	1
Total	40

Os contratos de concessão estabelecem que, ao final do prazo de concessão ou de prorrogação, todos os investimentos realizados pela Companhia serão indenizados pelos respectivos Municípios, quando então os bens que compõem os sistemas de abastecimento de água potável e/ou esgotamento sanitário poderão ser revertidos em favor dos respectivos municípios.

A Companhia designou a sua Assessoria de Regulação, Concessões e Métodos - PRR para elaborar estudos para a realização de concessões com os municípios, e proceder ações para adequação da Companhia à Lei nº 11.445/2007 (Lei Nacional de Saneamento Básico) e ao Decreto nº 7.217/2010. O Governo do Estado do Maranhão, por intermédio da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA e da Secretaria de Estado das Cidades do Maranhão - SECID, está formalizando convênios com os municípios tendo o objetivo de acelerar o processo de elaboração dos Planos Municipais de Saneamento, que é instrumento essencial para celebração de contrato nos moldes da lei em vigor. Atualmente, a Companhia celebrou contrato com o município de Imperatriz que é o único no Estado do Maranhão que possui Plano de Saneamento.

1.3. Informações sobre aspectos relacionados ao pressuposto da continuidade operacional

A Companhia vem apresentando prejuízos contínuos, com um aumento acentuado no exercício de 2018, atingindo a cifra de R\$ 170.927 mil, e prejuízos acumulados de R\$ 1.201.871 milhões em 31 de dezembro de 2018. Houve também, no exercício de 2018, uma redução significativa das receitas operacionais. Ademais, o passivo circulante excedeu o ativo circulante em R\$ 492.604 mil. De acordo com a Lei nº 10.988, de 31 de dezembro de 2018, que aprovou o Orçamento Geral do Estado do Maranhão para o exercício de 2019, estão previstos recursos financeiros destinados à Companhia, na ordem de R\$ 114.899 mil, a serem aportados a título de Adiantamentos para Aumento de Capital (AFAC).

O Conselho de Administração da Companhia aprovou o orçamento, para o exercício de 2019, recursos financeiros na ordem de R\$ 651.888 mil. Ademais, a Administração da Companhia está implementando ações visando a melhoria da situação financeira, buscando o aumento da arrecadação, reposição da tarifa e recuperação de créditos vencidos através de contrato de exto já licitado e contratado, redução de perdas na distribuição e maior controle nos custos e despesas da Companhia.

A administração da Companhia considera que os recursos financeiros orçados do Estado do Maranhão, para o exercício de 2019, além da arrecadação das receitas operacionais decorrentes do fornecimento de água e esgotamento sanitário, são suficientes para a manutenção e continuidade normais das atividades operacionais da Companhia.

1.4. Programa Viva Água

Por intermédio do Artigo 14-G da Lei nº 8.205, de 22 de dezembro de 2004, com redação alterada pela Lei nº 9.085, de 16 de dezembro de 2009, foi instituído o Programa Viva Água, que consiste na isenção do pagamento, por parte dos consumidores considerados de baixa renda, da fatura de água e esgoto sanitário das suas unidades residenciais, que apresentam consumo mensal de até 25 m³, conforme estabelecido no artigo 84 do Decreto Estadual nº 11.060/89. O Estado do Maranhão, por intermédio da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Assistência Social – SEDHIC, celebrou o Convênio nº 01/2017, cujo prazo de vigência foi até 31 de dezembro de 2018, no valor de R\$ 15 milhões. Em 2019, a Companhia, celebrou um novo convênio com a Prefeitura Municipal de São Luís, cujo prazo de vigência é de 12 meses, no valor de R\$ 15 milhões.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância das disposições da Lei das Sociedades por Ações, Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976, a qual foi modificada pelas Leis nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e pela Medida Provisória nº 449, de 03 de dezembro de 2008, transformada na Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, e consoante as práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 3, sem considerar, entretanto, todas as modificações introduzidas pelos Pronunciamentos, Interpretações, Orientações e Resoluções vigentes a partir de 2010 em diante, conforme descrito no item 2.2 a seguir.

2.2. Não adoção pela Companhia das novas práticas contábeis brasileiras

A Contabilidade da Companhia não procedeu ainda à adequação integral das suas práticas contábeis aos novos critérios introduzidos pelos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, com vigência obrigatória a partir do exercício de 2010 em diante, que modificaram critérios de avaliação, classificação contábil e divulgação de ativos, passivos e resultados.

Dessa forma, as demonstrações contábeis relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não refletem integralmente as Normas Brasileiras de Contabilidade, modificadas pelos referidos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações. Também, não foram ainda determinados os efeitos contábeis, nos saldos das contas patrimoniais e de resultado apresentadas nas demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, da Companhia, caso fossem procedidas às modificações das práticas contábeis, conforme requerido pelas novas disposições da legislação societária brasileira.

Contudo, de acordo com uma avaliação preliminar, a Administração da Companhia entende que os efeitos relevantes da adoção das novas práticas contábeis estão relacionados, principalmente, com a adoção da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão e dos Pronunciamentos Técnicos CPC 01 (R1) – Redução a Valor Recuperável. CPC 27 – Ativo Imobilizado e CPC – Receitas de Contrato com Cliente do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

2.3. Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.4. Uso de Estimativas Contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer que a administração da Companhia efetue estimativas e premissas, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, que afetam os montantes apresentados nas demonstrações contábeis. Os principais valores estimados correspondem os seguintes: avaliação de instrumentos financeiros, provisão para devedores duvidosos, depreciação do imobilizado, provisão para contingências. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A administração da Companhia revisa as estimativas e premissas de forma anual.

2.5. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para a milhar mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

São Luís, quart-feira, 24 de abril de 2019

	2018	2017
A vencer	79.579	73.970
Vencidos		
até 30 dias	31.426	35.570
de 31 até 60 dias	24.165	25.776
de 61 até 90 dias	22.025	21.274
de 91 até 180 dias	56.391	51.334
acima de 180 dias	904.835	768.804
Total das contas vencidas	1.038.842	902.758
Subtotal	1.118.421	976.728
Diferença em análise	15.248	23.168
Total	1.133.669	999.896

(b) Os débitos parcelados a vencer acima de 360 dias, no montante de R\$ 17.356 mil, encontram-se apresentados no ativo não circulante;

(a) Deste montante, o valor de R\$ 134.629 mil, corresponde a créditos a receber de consumidores vencidos há mais de 10 (deis) anos, cujo direito de cobrança se encontra prescrito no entendimento da Assessoria Jurídica Interna (PRJ) da Companhia, conforme Parecer Jurídico, datado de 2 de dezembro de 2016, constante no Processo Administrativo Nº 51182018.

6. ESTOQUE

	2018	2017
Almoxarifado	295	6.851
Material para obra	8.876	5.487
Total	9.171	12.338

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	2018	2017
CSLL Recuperar	438	383
IRRF	2.350	1.854
COFINS	4.554	2.690
PIS	989	584
Total	8.331	5.511

8. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

	2018	2017
SEPLAN	147.850	226
Adiantamentos a fornecedores	15	16
Adiantamentos diversos	2.677	2.946
Cheques em cobrança	70	70
Empréstimos compulsórios	466	466
Total	151.078	3.724

Valores classificadas no ativo circulante	150.612	3.258
Valores classificadas no ativo não circulante	466	466
Total	151.078	3.724

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	2018	2017
Vinculados a litígios trabalhistas	2.681	2.681
Vinculados a litígios cíveis	52.233	47.410
Total	54.914	50.091

10. IMOBILIZADO

	Taxa Anual de Depreciação (%)	31.12.2018			30.12.2017		
		Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido
Imobilizado Técnico							
Sistemas de água							
Sistema de captação	10	117.204	(106.841)	10.363	115.025	(105.325)	9.700
Sistema de adução de água bruta (Tubulação)	2	110.696	(69.101)	41.595	110.696	(67.000)	43.696
Sistema de tratamento	10	22.728	(22.728)	0	22.729	(22.729)	-
Sistema de adução de água tratada (Tubulação)	2	6.725	(2.750)	3.975	6.725	(2.618)	4.107
Sistema de reservação (Reservatórios)	4	70.377	(60.097)	10.280	70.378	(57.583)	12.795
Rede de distribuição (Tubulação)	2	598.046	(307.630)	290.416	598.046	(295.963)	302.083
Terrenos	-	353	-	353	353	-	353
		926.129	(569.147)	356.982	923.952	(551.218)	372.734
Sistemas de esgoto							
Sistema de esgoto (Coleta)	2	275.384	(132.600)	142.784	275.384	(127.128)	148.256
Sistema de esgoto (Tratamento)	4	25.441	(21.943)	3.498	25.364	(20.941)	4.423
Terrenos	-	101	-	101	101	-	101
		300.926	(154.543)	146.383	300.849	(148.069)	152.780
Bens de uso geral							
Construções civis	4	11.396	(11.186)	210	11.397	(11.163)	234
Móveis e utensílios	10	9.494	(9.012)	482	9.490	(8.894)	596
Veículos	20	9.979	(9.644)	335	9.943	(9.569)	374
Equipamento médico hospitalar	10	1	(1)	0	1	(1)	-
Equipamento oficina segurança e proteção	10	2.204	(1.979)	225	2.200	(1.942)	258
Equipamento eletro mecânico	10	3.210	(1.516)	1.694	1.934	(1.425)	509
Equipamento laboratório	10	689	(593)	96	631	(567)	64
Equipamento de informática	20	6.117	(5.449)	668	6.118	(5.251)	867
Outros Terrenos	-	3.133	-	3.133	3.134	-	3.134
Hidrometros		656	-	656	157	-	157
		46.879	(39.380)	7.499	45.005	(38.812)	6.193
		1.273.934	(763.070)	510.864	1.269.806	(738.099)	531.707
Projetos e obras em andamento							
Sistema de abastecimento de água	-	517.923	-	517.923	442.210	-	442.210
Sistemas de esgotamento sanitário	-	58.784	-	58.784	58.638	-	58.638
Custos capitalizáveis	-	33.519	-	33.519	33.518	-	33.518
Bens de uso geral	-	204.035	-	204.035	191.853	-	191.853
Materiais de Investimento	-	20.802	-	20.802	17.133	-	17.133
Sistema a classificar	-	6.646	-	6.646	6.714	-	6.714
Convênio Prefeituras	-	33.838	-	33.838	11.778	-	11.778
		875.547	-	875.547	761.843	-	761.843
Total		2.149.481	(763.070)	1.386.411	2.031.649	(738.099)	1.293.550

A Companhia contratou, por intermédio da Concorrência Pública nº 014/2013 e Contrato nº 059, de 16 de agosto de 2013, uma empresa de consultoria e de engenharia de avaliação especializada, com o objetivo de (i) inventariar e avaliar as condições físicas dos bens de uso geral e operacional; (ii) identificar o valor de custo e da depreciação acumulada dos bens inventariados; (iii) determinar o valor justo dos bens inventariados para proceder ao Teste de Recuperabilidade (Impairment Test); (iv) estimar a expectativa de vida útil econômica e o valor residual dos bens, para fins de cálculo de depreciação/amortização; (v) conciliar o inventário físico com a posição do patrimônio e da contabilidade da Companhia; (vi) atualizar os controles individuais sobre os ativos de uso geral e operacional no sistema informatizado do patrimônio; e (vii) proporcionar as informações necessárias para adequar a contabilidade da Companhia aos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, notadamente aos Pronunciamentos Técnicos CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável; CPC 27 – Imobilizado e Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Consórcio.

Em abril de 2015, a referida empresa entregou parte dos produtos previstos no citado contrato, apresentando o resultado do inventário físico dos bens, por meio de planilhas eletrônicas, e laudos de avaliação ao valor justo dos bens inventariados, todos para a data base de 31 de dezembro de 2013. Entretanto, além de não ter concluído integralmente os serviços previstos contratualmente, principalmente no que se refere a conciliação do seu inventário físico com a posição da contabilidade da Companhia e a implantação deste inventário no sistema informatizado do patrimônio, foram constatadas inconsistências relevantes nos dados e informações dos produtos apresentados por essa contratada, e dessa forma não permitiu a sua validação e, como consequência, impossibilitou a realização de ajustes contábeis necessários para a adequação das práticas contábeis da Companhia.

A movimentação anual do ativo imobilizado está demonstrada conforme segue:

	2018	2017
Saldo em 01 de janeiro (líquido)	1.293.550	1.208.970
• Adições – Imobilizações em Operação		
- Em sistemas de abastecimento de água	2.178	1.503
- Em sistemas de esgotamento	77	-
- Em imobilizações administrativas	1.879	891
• Adições – Obras em andamento		
- Em sistemas de abastecimento de água	(a) 74.932	76.240
- Em sistemas de esgotamento sanitário	146	3.403
- Edificações em andamento	-	11.676
- Bens administrativos	12.960	333
- Materiais de Investimento	3.668	17.133
- Adiantamentos a terceiro	21.999	329
- Total das adições	117.839	111.508
• Ajuste – transferência para almoxarifado	-	-
• Baixa de imobilizações administrativas	-	-
• Quotas de depreciação	(b) (24.978)	(26.928)
Saldo em 31 de dezembro (líquido)	1.386.411	1.293.550

(a) Referem-se basicamente aos investimentos realizados pela Companhia com recursos recebidos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC para ampliação e melhoria da rede de distribuição de água tratada e coleta de esgoto sanitário.

(b) As quotas de depreciação foram contabilizadas em contrapartida (débito) do resultado do exercício, sendo R\$ 24.408 mil em 2018 (26.207 mil em 2017) na conta Custos dos Serviços Prestados e R\$ 570 mil em 2018 (R\$ 721 mil em 2017) na conta Despesas Administrativas.

11. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	2018	2017
INSS	203.662	125.175
FGTS	1.913	7.528
COFINS	100.749	72.569
Imposto de Renda (IR)	40.477	33.814
CSLL	6.904	6.904
Contribuição ao Sesi e ao SENAI	846	6.136
PIS	21.884	15.701
Dívida Ativa	(a) 632.325	614.315
Programa Especial de Regularização Tributária - PERT	(b) 32.864	32.864
Outros tributos	4.226	4.194
Total	1.045.850	919.200
Parcelamentos		
- FGTS	-	342
- Programa de Parcelamento - Lei nº 11.941/09	(c) 25.726	30.005
Total	25.726	30.347
Total	1.071.576	949.547
Parcelas classificadas no passivo circulante	1.050.239	923.622
Parcelas classificadas no passivo não circulante	21.337	25.925
Total	1.071.576	949.547

(a) A Contabilidade da Companhia efetua anualmente o levantamento dos débitos tributários que se encontram em dívida ativa com base nos extratos da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN. Dessa forma, como ingressaram novos processos em dívida ativa, foi procedida a transferência de parte do saldo apresentado em outras contas do passivo tributário para um grupo de contas específico denominado "Dívida Ativa". Também, foram provisionados, neste grupo de contas, a atualização monetária dos débitos tributários inscritos em dívida ativa, que integram os extratos da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN. As contrapartidas dos referidos lançamentos contábeis efetuados são as seguintes:

	2018	2017
Saldos iniciais em 01 de janeiro de 2017 e 2016	614.315	585.122
Valores transferidos de outras contas do passivo tributário	4.636	-
Valores provisionados no exercício	13.374	29.193
Saldos finais em 31 de dezembro de 2017 e 2016	632.325	614.315

O saldo reconhecido contabilmente da Dívida Ativa em 31 de dezembro de 2017 está composto pelos seguintes valores:

	2018	2017
PIS	3.160	3.061
COFINS	31.119	30.453
INSS	598.046	580.801
Total Dívida Ativa	632.325	614.315

O referido levantamento dos débitos tributários inscritos em Dívida Ativa foi concluído para 31 de dezembro de 2018.

(a) Programas de Regularização Tributária

A Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), instituído pela Medida Provisória nº 783/17 e regulamentado pela Instrução Normativa nº 1.711/17, o qual permite que os tributos federais vencidos até 30 de abril de 2017 possam ser parcelados.

De acordo com a referida Medida Provisória, não havia previsão legal expressa para compensar algumas modalidades de tributos federais incluídos no PERT com saldos de prejuízos fiscais e de base de cálculo negativa da CSLL. Por este motivo, a Companhia ingressou com uma Liminar em Mandado de Segurança para que fosse permitida a referida compensação tributária.

A liminar foi deferida, e a Companhia aderiu ao PERT em 26 de setembro de 2017, razão pela qual, incluiu neste Parcelamento Especial, os débitos tributários do Imposto de Renda (RS 25.386) e do INSS (RS 15.694), relativo ao período de abril de 2016 a março de 2017, totalizando o valor de R\$ 41.080. Dessa forma, a Companhia efetuou o pagamento à vista no valor de R\$ 8.216, e o montante de R\$ 32.864 será liquidado com a utilização dos prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da CSLL no momento em que a Receita Federal do Brasil - RFB homologar a consolidação deste parcelamento.

Por esse motivo, a Companhia aguarda a referida homologação do PERT para proceder o reconhecimento contábil da compensação dos respectivos débitos tributários com a utilização de créditos de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da CSLL.

(c) Este saldo corresponde aos débitos tributários incluídos no programa de parcelamento instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, formado por parte dos débitos referentes a tributos vencidos até 30 de novembro de 2008, inclusive alguns débitos provenientes de parcelamentos anteriores, tais como: Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, aprovado pela Lei Federal nº 9.964, de 10 de abril de 2000, Programa de Parcelamento Especial - PAES, aprovado pela Lei Federal nº 10.684, de 30 de maio de 2003, e Programa de Parcelamento Excepcional - PAEX, aprovado pela Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006. Este parcelamento será pago até o mês de outubro de 2024 e incide sobre o valor do débito consolidado a variação da Taxa SELIC acrescido de 1%.

O saldo do parcelamento está assim distribuído:

	2018	2017
SENAI	1.892	2.103
SESI	1.824	2.091
Débitos tributários migrados do Programa REFIS – Lei Federal nº 9.964/2000	22.010	25.811
Total	25.726	30.005

12. CONTRATOS DE REPASSES DE RECURSOS - PAC

	2018	2017
Orçamento Geral da União - OGU	364.083	327.082
Contrapartida do Estado do Maranhão	83.009	83.009
Total	447.092	410.091

Foram assinados contratos de repasse entre a União Federal, por intermédio do Ministério das Cidades e Turismo, representada pela Caixa Econômica Federal – CEF, e o Governo do Estado do Maranhão, participando a Companhia como interveniente executora.

Os referidos Contratos de Repasse de Recursos do PAC 1 e 2 tem por finalidade a transferência de recursos financeiros da União Federal, originários do Orçamento Geral da União – OGU, no valor total de R\$ 545.419 mil, para serem aplicados na ampliação do sistema de esgotamento sanitário nos Municípios de São Luís, Santa Inês – Água, Barra do Corda, Barreirinhas, Imperatriz, Buriticupu, Pinheiro, Tutóia e Chapadinha, considerando o Cronograma de Execução Financeira e o Plano de Execução do Trabalho, que estabelecem um período de vigência destas obras em andamento até o dia 30.09.2019 para a sua execução.

A Companhia, na qualidade de interveniente executora, receberá os recursos financeiros para execução das obras e garantirá, por intermédio do Governo do Estado do Maranhão, relativos à contrapartida de cada contrato.

Está previsto a alocação do montante de R\$ 72.148 mil do Governo do Estado do Maranhão a título de contrapartida estadual. Até 31 de dezembro de 2018, foram disponibilizados recursos financeiros, no montante de R\$ 447.092 mil, sendo R\$ 364.083 mil de repasse da União Federal e R\$ 83.009 mil da contrapartida estadual.

Os recursos foram destinados para as obras de infraestrutura em sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, objeto dos Contratos de Repasse, e contabilizados na conta de Obras em Andamento no Ativo Imobilizado.

13. CONVÊNIOS

	2018	2017
Convênios a Comprovar - Governo Federal	12.926	12.926
Convênios a Comprovar - Contrapartida do Governo do Estado do Maranhão	460	460
Total	13.386	13.386

Os saldos deste grupo de contas estão representados pelos valores de diversos contratos de repasse de recursos, firmados entre a União Federal, por intermédio da Caixa Econômica Federal – CEF, e o Estado do Maranhão, participando a Companhia como interveniente executora, destinados à construção de sistemas de abastecimento de água em diversos municípios do Estado do Maranhão. Os recursos dos convênios foram recebidos nos anos de 1998 a 2002, do Governo Federal, relativos ao Orçamento Geral da União – OGU, e do Governo do Estado do Maranhão, a título de contrapartida. Incluem também, neste saldo, os rendimentos auferidos das aplicações financeiras desses recursos.

A maior parte dos recursos foram aplicados em sistemas que não são operados pela Companhia, motivo pelo qual foram registrados contabilmente, à época, nesta conta do passivo circulante, tendo como contrapartida devedora, pelo recebimento dos recursos, as contas bancárias vinculadas aos contratos de repasse.

Tais contratos de repasse estabelecem que os bens remanescentes adquiridos ou produzidos em decorrência dos Contratos de Repasse, previstos nos Planos de Trabalho, serão de propriedades da União Federal. Adicionalmente, a Companhia firmou convênios com cada um dos municípios beneficiários do Estado do Maranhão para a execução das obras previstas nos Planos de Trabalho e viabilização dos sistemas públicos de abastecimento de água. Tais convênios indicam, por sua vez, que o conjunto de obras e serviços implantados integram o patrimônio da Companhia. As obras executadas e os bens adquiridos encontram-se registrados contabilmente no Ativo Imobilizado – Projetos e Obras em Andamento.

14. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	2018	2017
Parcelamentos de Débitos e Acordos Extrajudiciais		
- Morada Nova Ltda. (a)	2.139	2.139
- Conselho Regional de Química - CRQ (b)	371	371
- Outros	227	227
	2.737	2.737
Ações Judiciais - Execução		
- Lotli - Construções e Incorporações Ltda. (c)	1.170	1.170
- Helene & Fonseca Construtécnica S.A. (d)	974	974
- Outros	433	433
Total	2.577	2.577
Depósitos para Obras, Licitações e Garantias	85	85
Consignações	1.950	1.752
Ordenados e Salários a Pagar	11.059	12.323
SEPLAN (e)	1.063	1.063
Outros	2.807	1.356
	16.964	16.579
Total	22.278	

19. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	2018	2017
Energia elétrica	(92.068)	(66.710)
Custos com pessoal		
- Ordenados e salários	(127.186)	(124.486)
- Encargos sociais e trabalhistas	(53.426)	(51.159)
- Outros benefícios a funcionários	(4.641)	(6.496)
- Total das despesas com pessoal	(185.253)	(182.141)
Depreciação e amortização	(24.408)	(26.207)
Serviços de terceiros		
- Manutenção	(26.401)	(25.697)
- Diversos	(28.953)	(16.462)
- Total das despesas com serviços de terceiros	(55.354)	(42.159)
Materiais		
- De tratamento	(23.589)	(13.807)
- De construção e manutenção	(5.376)	(1.411)
- Outros materiais	(539)	(772)
- Total das despesas com materiais	(29.504)	(15.990)
Aluguéis	(2.288)	(1.629)
Custos gerais	(1.827)	(1.190)
	(390.702)	(336.026)
Créditos de PIS e COFINS	(a) 18.858	13.677
Total	(371.844)	(322.349)

(a) Refere-se aos créditos de PIS e COFINS, calculados sobre insumos, energia elétrica, aquisição de materiais, bens e serviços prestados, aluguéis de prédio e depreciação, no regime não cumulativo dessas contribuições, que foram registrados a crédito deste grupo de contas.

20. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

	2018	2017
Despesas com pessoal		
- Ordenados e salários	(42.745)	(40.085)
- Encargos sociais e trabalhistas	(7.384)	(16.903)
- Outros benefícios a funcionários	(54.328)	(34.379)
- Honorários da diretoria e conselhos	(914)	(949)
- Total das despesas com pessoal	(105.371)	(92.316)
Serviços de terceiros		
- Manutenção	(3.915)	(3.816)
- Comunicação	(679)	(870)
- Outros serviços	(21.366)	(25.292)
- Total das despesas com serviços de terceiros	(25.960)	(29.978)
Despesas gerais	(2.058)	(3.630)
Depreciação e amortização	(570)	(721)
Materiais		
- Combustíveis e lubrificantes	(4.295)	(1.865)
- de construção e manutenção	(358)	(571)
- Outros materiais	(799)	(644)
- Total das despesas com materiais	(5.452)	(3.080)
Aluguéis	(2.410)	(1.899)
Total	(141.821)	(131.624)

21. DESPESAS COMERCIAIS

	2018	2017
Despesas com pessoal		
- Ordenados e salários	(22.954)	(21.752)
- Encargos sociais e trabalhistas	(8.820)	(9.096)
- Remuneração da Diretoria e Conselhos	(212)	(201)
- Total das despesas com pessoal	(31.986)	(31.049)
Serviços de terceiros	(2.354)	(2.623)
Materiais diversos	(698)	(133)
Despesas gerais	(265)	(225)
Provisão para devedores duvidosos	-	-
Total	(35.303)	(34.030)

22. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	2018	2017
Tributos Estaduais	(182)	(66)
Tributos Federais	(112)	(104)
Tributos Municipais	(9)	(24)
Total	(303)	(194)

23. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS LIQUIDAS

	2018	2017
Receitas de locações	101	101
Receitas com recuperação de despesas	24.573	920
Receita de leilão	264	-
Receita diversas	-	51
Despesas atribuídas	(146)	(119)
Total	24.792	953

24. RECEITAS FINANCEIRAS

	2018	2017
Receitas financeiras comerciais	10.711	9.475
Rendimentos de aplicação financeira	1.868	140
Outras receitas financeiras	-	42
Total	12.579	9.657

25. DESPESAS FINANCEIRAS

	2018	2017
Encargos de financiamento e de saldo devedor	(1)	(25)
Encargos de dívidas diversos	(a) (76.073)	(62.748)
Total	(76.074)	(62.773)

a) Correspondente basicamente aos encargos financeiros/moratórios sobre o pagamento de obrigações com fornecedores e tributos em atraso, principalmente da dívida ativa.

26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia realiza transações comerciais com o Governo do Estado do Maranhão, relativas ao fornecimento de água e serviços de esgotos, em condições e tarifas usuais de mercado para o Setor Público. A Companhia, como parte interveniente, executa obra de sistema de abastecimento de água e esgotos em municípios do Estado do Maranhão com recursos do Governo Federal, provenientes do Orçamento Geral da União – OGU, e da contrapartida do Governo do Estado do Maranhão. Vide Notas Explicativas nº 12 e 13. A Companhia recebeu do Governo do Estado do Maranhão, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, adiantamentos para aumento de capital, no montante de R\$ 489 mil e auxílios para obras de R\$ 9.473. Vide Nota Explicativa Nº 17.2.

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia apresenta operações caracterizadas como instrumentos financeiros, tais como: contas bancárias, aplicações financeiras e contas a receber de clientes que se encontram atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2018 e 2017. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros

registrados nas contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017 equivalem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos.

Limitações

Os valores de mercado foram estimados com base em informações de mercado relevantes e da própria Companhia, de sua carteira de clientes, no que se refere a Contas a Receber de Clientes. Na hipótese de mudanças nas premissas, poderão ser afetadas as estimativas apresentadas.

Fatores de Risco

Os fatores de risco que afetam os instrumentos financeiros são os seguintes:

Risco de Crédito (Operacional)

Inadimplência: Está relacionado à possibilidade da Companhia computar prejuízos decorrentes de dificuldades em cobrar os valores faturados vencidos, principalmente, junto aos clientes públicos (estadual e municipais). Esse tipo de risco é diminuído em razão de procedimentos de monitoração e cobrança específicas voltadas às contas a receber do segmento público, destacando-se sobre a importância de manter-se o fornecimento dos produtos da Companhia a essas entidades, pelo seu caráter de essencialidade o que resulta em termos de acordo de pagamento firmado com esses clientes.

Concessões: A perda eventual de qualquer das concessões poderá afetar os resultados operacionais da Companhia. A Administração vem tomando medidas para a manutenção e renovação dos contratos da Companhia.

Risco de Crédito (Financeiro)

Os riscos relacionados à possibilidade da Companhia computar perdas decorrentes da dificuldade de realização das aplicações financeiras de curto prazo foram considerados pequenos. A Companhia minimiza o risco associado a esses instrumentos financeiros investindo em instituições financeiras bem-conceituadas.

28. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia não mantém contratos de seguros contra riscos operacionais, de responsabilidade civil ou para cobrir eventuais perdas e danos de bens do seu ativo imobilizado, por entender a sua administração que o risco de ocorrência de sinistro é pequeno. Não ocorreram durante os exercícios de 2018 e 2017 perdas decorrentes dos riscos acima mencionados.

29. LUCRO REAL

A Companhia apurou prejuízo contábil nos exercícios de 2018 e 2017, que ajustado com as adições e exclusões previstas na legislação do Imposto de Renda, resultou no prejuízo fiscal em 2018 e 2017, conforme apresentado abaixo:

	2018	2017
Lucro/Prejuízo do Exercício	(170.927)	(25.805)
(+) Multas não dedutíveis	-	-
(+) Outras despesas não dedutíveis	-	-
(+) Provisões não dedutíveis	-	-
(=) Total das Adições	-	-
(-) Provisões não dedutíveis	-	-
(-) Doações e Subvenções	-	-
(=) Total de Exclusões	-	-
Prejuízo antes da Compensação de Prejuízos Fiscais	(170.926)	(25.805)
(-) Compensações de prejuízos acumulados	-	-
Lucro (Prejuízo) Fiscal do Período	(170.926)	(25.805)
Imposto de Renda (IRPJ)		
- Alíquota 15%	-	-
- Adicional de IRPJ – 10% Sobre o Excedente de R\$ 240	-	-
- Total	-	-
Contribuição Social (CSLL) – Alíquota 9%	-	-

DIRETORIA

- Carlos Rogério Santos Araújo** - Diretor Presidente
- Nilson Cardoso Ferreira** - Diretor de Gestão Adm. - Financeira e de Pessoas
- João José Azevedo** - Diretor de Engenharia e Meio Ambiente
- André dos Santos Paula** - Diretor de Operação, Manutenção e Atendimento ao Cliente
- Carlos Alberto Martins de Sousa** - Diretor de Comercialização e Relacionamento com Clientes
- Waldener Brasil de Menezes Júnior** - Contador – CRC – MA – 12.312-O

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Diretores da Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão – CAEMA - São Luís - MA. Fomos contratados para examinar as demonstrações contábeis da Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão – CAEMA (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Não expressamos uma opinião sobre as demonstrações contábeis da Companhia, pois devido à relevância dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para abstenção de opinião”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis. Base para a abstenção de opinião

1. Não foi concluída, até o término dos nossos trabalhos, a totalidade das conciliações de Contabilidade contábeis da Companhia com os respectivos extratos bancários, sendo que alguns destes saldos apresentam valores significativos pendentes de regularização. Como consequência, não temos como concluir sobre a razoabilidade do saldo apresentado na rubrica Caixa e Equivalentes de Caixa, no Ativo Circulante, bem como, sobre os possíveis reflexos nas demais contas patrimoniais e no Prejuízo do Exercício de 2018.

2. Os controles internos mantidos sobre as Contas a Receber de Clientes não foram suficientes para nos assegurar quanto à fidedignidade do saldo apresentado naquela rubrica em 31 de dezembro de 2018, o qual apresenta uma diferença, não conciliada, em relação à posição do Setor Comercial. Também, não nos foi apresentado para exame uma análise quanto à suficiência do valor constituído da provisão para cobrir eventuais perdas com recebimento. O saldo das Contas a Receber de Clientes está representado por cerca de 81% de faturas vencidas há mais de 180 dias. Ademais, o resultado da circularização foi considerado insatisfatório para a auditoria, tendo em vista o baixo percentual de resposta dos consumidores circularizados. Dessa forma, não foi possível, nas circunstâncias, aplicarmos procedimentos de auditoria que nos permitisse concluir sobre a adequação dos saldos, naquela data, apresentados nas Contas a Receber de Clientes, no Ativo Circulante e no Ativo Não Circulante, bem como sobre os reflexos dos prováveis ajustes em contrapartida do Prejuízo do Exercício de 2018 e no Patrimônio Líquido.

3. A administração da Companhia não concluiu os estudos e levantamentos no sentido de proceder à adequação dos seus registros contábeis aos critérios requeridos nas Normas Brasileiras de Contabilidade para a contabilização de contratos de concessão de serviços públicos, conforme estabelecido no ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. De acordo com o referido dispositivo contábil, as entidades concessionárias de serviços públicos devem, de acordo com as circunstâncias, (i) reconhecer um ativo financeiro correspondente ao direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro pelos serviços de construção ou melhoria da infraestrutura necessária à prestação do serviço; (ii) reconhecer obrigações contratuais para manter a infraestrutura em nível específico de operação ou em condições de devolução ao final do contrato; e (iii) reconhecer um ativo intangível correspondente ao direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados no âmbito dos contratos de concessão. Como consequência, não

temos como avaliar os ajustes que seriam necessários para o reconhecimento dos direitos e obrigações decorrentes das concessões e os efeitos sobre os saldos das contas do Ativo Imobilizado, Concessões, Patrimônio Líquido e sobre o Prejuízo do Exercício de 2018.

4. Os controles internos mantidos sobre o Ativo Imobilizado não nos possibilitaram a aplicação de determinados procedimentos de auditoria, que nos permitissem concluir sobre a adequação dos saldos deste grupo de contas, em função dos seguintes fatos: (i) não foi concluída a análise do levantamento físico dos bens patrimoniais para fins de conciliação e adequação dos saldos contábeis do Ativo Imobilizado, conforme descrito na Nota Explicativa No 10 às demonstrações contábeis; (ii) falta de identificação e transferência para as contas definitivas dos custos das obras concluídas, classificadas na rubrica Obras em Andamento; (iii) não foi elaborada para o exercício de 2018 uma análise sobre a recuperabilidade dos valores registrados no Ativo Imobilizado, que poderiam indicar possíveis perdas de valor do capital aplicado na sua aquisição/formação; (iv) não foi revisada a avaliação da vida útil econômica estimada dos bens classificados no Ativo Imobilizado da Companhia, necessário para o cálculo das quotas de depreciação, conforme previsto no Plano de Depreciação e Contabilidade. Consequentemente, não temos como concluir sobre a razoabilidade dos saldos apresentados nas contas do Ativo Imobilizado, e os prováveis reflexos nas contas Contrato de Repasses de Recursos – PAC e Convênios, ambas apresentadas no Passivo Circulante, no Patrimônio Líquido e no Prejuízo do Exercício de 2018.

5. Não foi concluída a conciliação dos saldos contábeis de fornecedores com a posição do relatório da Coordenadoria de Gestão Financeira (CGIF) das contas a pagar para 31 de dezembro de 2018. Ademais, em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui saldos a pagar com diversos Fornecedores e Empreiteiros, correspondentes a débitos vencidos, para os quais não foi concluída uma análise para identificação da procedência da dívida. Os saldos contábeis débitos vencidos não incluem os encargos financeiros que podem ser requeridos caso esses valores fossem liquidados naquelas datas. Consequentemente, não temos condições de concluir sobre a razoabilidade dos saldos, naquela data, apresentados na rubrica Fornecedores e Empreiteiros, no Passivo Circulante, e os possíveis reflexos no Patrimônio Líquido e no Prejuízo do Exercício de 2018.

6. Os controles internos mantidos sobre o passivo tributário da Companhia, apresentado na conta de Impostos e Contribuições, não foram suficientes para nos assegurar quanto à fidedignidade dos respectivos saldos contábeis em 31 de dezembro de 2018, uma vez que: (i) existem diferenças não conciliadas entre os valores provisionados das contribuições para o INSS e os valores informados à Previdência Social por meio de GFIS/SEFIP; e (ii) parte dos saldos dos impostos em aberto apresentados nas rubricas de IRPJ, IRRF, CSLL, INSS e ISS, oriundos de anos anteriores, não possuem discriminação de valores por data base de competência, não foram atualizados monetariamente e não foi efetuada uma análise do prazo prescricional de 5 (cinco) anos para o INSS e para o IRPJ, IRRF, CSLL, INSS e ISS, oriundos de anos anteriores, não possuem discriminação de valores por data base de competência, não foram atualizados monetariamente e não foi efetuada uma análise do prazo prescricional de 5 (cinco) anos para o INSS e para o IRPJ, IRRF, CSLL, INSS e ISS, oriundos de anos anteriores, não possuem discriminação de valores por data base de competência, não foram atualizados monetariamente e não foi efetuada uma análise do prazo prescricional de 5 (cinco) anos para o INSS e para o IRPJ, IRRF, CSLL, INSS e ISS, oriundos de anos anteriores, não possuem discriminação de valores por data base de competência, não foram atualizados monetariamente e não foi efetuada uma análise do prazo prescricional de 5 (cinco) anos para o INSS e para o IRPJ, IRRF, CSLL, INSS e ISS, oriundos de anos anteriores, não possuem discriminação de valores por data base de competência, não foram atualizados monetariamente e não foi efetuada uma análise do prazo prescricional de 5 (cinco) anos para o INSS e para o IRPJ, IRRF, CSLL, INSS e ISS, oriundos de anos anteriores, não possuem discriminação de valores por data base de competência, não foram atualizados monetariamente e não foi efetuada uma análise do prazo prescricional de 5 (cinco) anos para o INSS e para o IRPJ, IRRF, CSLL, INSS e ISS, oriundos de anos anteriores, não possuem discriminação de valores por data base de competência, não foram atualizados monetariamente e não foi efetuada uma análise do prazo prescricional de 5 (cinco) anos para o INSS e para o IRPJ, IRRF, CSLL, INSS e ISS, oriundos de anos anteriores, não possuem discriminação de valores por data base de competência, não foram atualizados monetariamente e não foi efetuada uma análise do prazo prescricional de 5 (cinco) anos para o INSS e para o IRPJ, IRRF, CSLL, INSS e ISS, oriundos de anos anteriores, não possuem discriminação de valores por data base de competência, não foram atualizados monetariamente e não foi efetuada uma análise do prazo prescricional de 5 (cinco) anos para o INSS e para o IRPJ, IRRF, CSLL, INSS e ISS, oriundos de anos anteriores, não possuem discriminação de valores por data base de competência, não foram atualizados monetariamente e não foi efetuada uma análise do prazo prescricional de 5 (cinco) anos para o INSS e para o IRPJ, IRRF, CSLL, INSS e ISS, oriundos de anos anteriores, não possuem discriminação de valores por data base de competência, não foram atualizados monetariamente e não foi efetuada uma análise do prazo prescricional de 5 (cinco) anos para o INSS e para o IRPJ, IRRF, CSLL, INSS e ISS, oriundos de anos anteriores, não possuem discriminação de valores por data base de competência, não foram atualizados monetariamente e não foi efetuada uma análise do prazo prescricional de 5 (cinco) anos para o INSS e para o IRPJ, IRRF, CSLL, INSS e ISS, oriundos de anos anteriores, não possuem discriminação de valores por data base de competência, não foram atualizados monetariamente e não foi efetuada uma análise do prazo prescricional de 5 (cinco) anos para o INSS e para o IRPJ, IRRF, CSLL, INSS e ISS, oriundos de anos anteriores, não possuem discriminação de valores por data base de competência, não foram atualizados monetariamente e não foi efetuada uma análise do prazo prescricional de 5 (cinco) anos para o INSS e para o IRPJ, IRRF, CSLL, INSS e ISS, oriundos de anos anteriores, não possuem discriminação de valores por data base de competência, não foram atualizados monetariamente e não foi efetuada uma análise do prazo prescricional de 5 (cinco) anos para o INSS e para o IRPJ, IRRF, CSLL, INSS e ISS, oriundos de anos anteriores, não possuem discriminação de valores por data base de competência, não foram atualizados monetariamente e não foi efetuada uma análise do prazo prescricional de 5 (cinco) anos para o INSS e para o IRPJ, IRRF, CSLL, INSS e ISS, oriundos de anos anteriores, não possuem discriminação de valores por data base de competência, não foram atualizados monetariamente e não foi efetuada uma análise do prazo prescricional de 5 (cinco) anos para o INSS e para o IRPJ, IRRF, CSLL, INSS e ISS, oriundos de anos anteriores, não possuem discriminação de valores por data base de competência, não foram atualizados monetariamente e não foi efetuada uma análise do prazo prescricional de 5 (cinco) anos para o INSS e para o IRPJ, IRRF, CSLL, INSS e ISS, oriundos de anos anteriores, não possuem discriminação de valores por data base de competência, não foram atualizados monetariamente e não foi efetuada uma análise do prazo prescricional de 5 (cinco) anos para o INSS e para o IRPJ, IRRF, CSLL, INSS e ISS, oriundos de anos anteriores, não possuem discriminação de valores por data base de competência, não foram atualizados monetariamente e não foi efetuada uma análise do prazo prescricional de 5 (cinco) anos para o INSS e para o IRPJ, IRRF, CSLL, INSS e ISS, oriundos de anos anteriores, não possuem discriminação de valores por data base de competência, não foram atualizados monetariamente e não foi efetuada uma análise do prazo prescricional de 5 (cinco) anos para o INSS e para o IRPJ, IRRF, CSLL, INSS e ISS, oriundos de anos anteriores, não possuem discriminação de valores por data base de competência, não foram atualizados monetariamente e não foi efetuada uma análise do prazo prescricional de 5 (cinco) anos para o INSS e para o IRPJ, IRRF, CSLL, INSS e ISS, oriundos de anos anteriores, não possuem discriminação de valores por data base de competência, não foram atualizados monetariamente e não foi efetuada uma análise do prazo prescricional de 5 (cinco) anos para o INSS e para o IRPJ, IRRF, CSLL, INSS e ISS, oriundos de anos anteriores, não possuem discriminação de valores por data base de competência, não foram atualizados monetariamente e não foi efetuada uma análise do prazo prescricional de 5 (cinco) anos para o INSS e para o IRPJ, IRRF, CSLL, INSS e ISS, oriundos de anos anteriores, não possuem discriminação de valores por data base de competência, não foram atualizados monetariamente e não foi efetuada uma análise do prazo prescricional de 5 (cinco) anos para o INSS e para o IRPJ, IRRF, CSLL, INSS e ISS, oriundos de anos anteriores, não possuem discriminação de valores por data base de competência, não foram atualizados monetariamente e não foi efetuada uma análise do prazo prescricional de 5 (cinco) anos para o INSS e para o IRPJ, IRRF, CSLL, INSS e ISS, oriundos de anos anteriores, não possuem discriminação de valores por data base de competência, não foram atualizados monetariamente e não foi efetuada uma análise do prazo prescricional de 5 (cinco) anos para o INSS e para o IRPJ, IRRF, CSLL, INSS e ISS, oriundos de anos anteriores, não possuem discriminação de valores por data base de competência, não foram atualizados monetariamente e não foi efetuada uma análise do prazo prescricional de 5 (cinco) anos para o INSS e para o IRPJ, IRRF, CSLL, INSS e ISS, oriundos de anos anteriores, não possuem discriminação de valores por data base de competência, não foram atualizados monetariamente e não foi efetuada uma análise do prazo prescricional de 5 (cinco) anos para o INSS e para o IRPJ, IRRF, CSLL, INSS e ISS, oriundos de anos anteriores, não possuem discriminação de valores por data base de competência, não foram atualizados monetariamente e não foi efetuada uma análise do prazo prescricional de 5 (cinco) anos para o INSS e para o IRPJ, IRRF, CSLL, INSS e ISS, oriundos de anos anteriores, não possuem discriminação de valores por data base de competência, não foram atualizados monetariamente e não foi efetuada uma análise do prazo prescricional de 5 (cinco) anos para o INSS e para o IRPJ, IRRF, CSLL, INSS e ISS, oriundos de anos anteriores, não possuem discriminação de valores por data base de competência, não foram atualizados monetariamente e não foi efetuada uma análise do prazo prescricional de 5 (cinco) anos para o INSS e para o IRPJ, IRRF, CSLL, INSS e ISS, oriundos de anos anteriores, não possuem discriminação de valores por data base de competência, não foram atualizados monetariamente e não foi efetuada uma análise do prazo prescricional de 5 (cinco) anos para o INSS e para o IRPJ, IRRF, CSLL, INSS e ISS, oriundos de anos anteriores, não possuem discriminação de valores por data base de competência, não foram atualizados monetariamente e não foi efetuada uma análise do prazo prescricional de 5 (cinco) anos para o INSS e para o IRPJ, IRRF, CSLL, INSS e ISS, oriundos de anos anteriores, não possuem discriminação de valores por data base de competência, não foram atualizados monetariamente e não foi efetuada uma análise do prazo prescricional de 5 (cinco) anos para o INSS e para o IRPJ, IRRF, CSLL, INSS e ISS, oriundos de anos anteriores, não possuem discriminação de valores por data base de competência, não foram atualizados monetariamente e não foi efetuada uma análise do prazo prescricional de 5 (cinco) anos para o INSS e para o IRPJ, IRRF, CSLL, INSS e ISS, oriundos de anos anteriores, não possuem discriminação de valores por data base de competência, não foram atualizados monetariamente e não foi efetuada uma análise do prazo prescricional de 5 (cinco) anos para o INSS e para o IRPJ, IRRF, CSLL, INSS e ISS, oriundos de anos anteriores, não possuem discriminação de valores por data base de competência, não foram atualizados monetariamente e não foi efetuada uma análise do prazo prescricional de 5 (cinco) anos para o INSS e para o IRPJ, IRRF, CSLL, INSS e ISS, oriundos de anos anteriores, não possuem discriminação de valores por data base de competência, não foram atualizados monetariamente e não foi efetuada uma análise do prazo prescricional de 5 (cinco) anos para o INSS e para o IRPJ, IRRF, CSLL, INSS e ISS, oriundos de anos anteriores, não possuem discriminação de valores por data base de competência, não foram atualizados monetariamente e não foi efetuada uma análise do prazo prescricional de 5 (cinco) anos para o INSS e para o IRPJ, IRRF, CSLL, INSS e ISS, oriundos de anos anteriores, não possuem discriminação de valores por data base de competência, não foram atualizados monetariamente e não foi efetuada uma análise do prazo prescricional de 5 (cinco) anos para o INSS e para o IRPJ, IRRF, CSLL, INSS e ISS, oriundos de anos anteriores, não possuem discriminação de valores por data base de competência, não foram atualizados monetariamente e não foi efetuada uma análise do prazo prescricional de 5 (cinco) anos para o INSS e para o IRPJ, IRRF, CSLL, INSS e ISS, oriundos de anos anteriores, não possuem discriminação de valores por data base de competência, não foram atualizados monetariamente e não foi efetuada uma análise do prazo prescricional de 5 (cinco) anos para o INSS e para o IRPJ, IRRF, CSLL, INSS e ISS, oriundos de anos anteriores, não possuem discriminação de valores por data base de competência, não foram atualizados monetariamente e não foi efetuada uma análise do prazo prescricional de 5 (cinco) anos para o INSS e para o IRPJ, IRRF, CSLL, INSS e ISS, oriundos de anos anteriores, não possuem discriminação de valores por data base de competência, não foram atualizados monetariamente e não foi efetuada uma análise do prazo prescricional de 5 (cinco) anos para o INSS e para o IRPJ, IRRF, CSLL, INSS e ISS, oriundos de anos anteriores, não possuem discriminação de valores por data base de competência, não foram atualizados monetariamente e não foi efetuada uma análise do prazo prescricional de 5 (cinco) anos para o INSS e para o IRPJ, IRRF, CSLL, INSS e ISS, oriundos de anos anteriores, não possuem discriminação de valores por data base de competência, não foram atualizados monetariamente e não foi efetuada uma análise do prazo prescricional de 5 (cinco) anos para o INSS e para o IRPJ, IRRF, CSLL, INSS e ISS, oriundos de anos anteriores, não possuem discriminação de valores por data base de competência, não foram atualizados monetariamente e não foi efetuada uma análise do prazo prescricional de 5 (cinco) anos para o INSS e para o IRPJ, IRRF, CSLL, INSS e ISS, oriundos de anos anteriores, não possuem discriminação de valores por data base de competência, não foram atualizados monetariamente e não foi efetuada uma análise do prazo prescricional de 5 (cinco) anos para o INSS e para o IRPJ, IRRF, CSLL, INSS e ISS, oriundos de anos anteriores, não possuem discriminação de valores por data base de competência, não foram atualizados monetariamente e não foi efetuada uma análise do prazo prescricional de 5 (cinco) anos para o INSS e para o IRPJ, IRRF, CSLL, INSS e ISS, oriundos de anos anteriores, não possuem discriminação de valores por data base de competência, não foram atualizados monetariamente e não foi efetuada uma análise do prazo prescricional de 5 (cinco) anos para o INSS e para o IRPJ, IRRF, CSLL, INSS e ISS, oriundos de anos anteriores, não possuem discriminação de valores por data base de competência, não foram atualizados monetariamente e não foi efetuada uma análise do prazo prescricional de 5 (cinco) anos para o INSS e para o IRPJ, IRRF, CSLL, INSS e ISS, oriundos de anos anteriores, não possuem discriminação de valores por data base de competência, não foram atualizados monetariamente e não foi efetuada uma análise do prazo prescricional de 5 (cinco) anos para o INSS e para o IRPJ, IRRF, CSLL, INSS e ISS, oriundos de anos anteriores, não possuem discriminação de valores por data base de competência, não foram atualizados monetariamente e não foi efetuada uma análise do prazo prescricional de 5 (cinco) anos para o INSS e para o IRPJ, IRRF, CSLL, INSS e ISS, oriundos de anos anteriores, não possuem discriminação de valores por data base de competência, não foram atualizados monetariamente e não foi efetuada uma análise do prazo prescricional de 5 (cinco) anos para o INSS e para o IRPJ, IRRF, CSLL, INSS e ISS, oriundos de anos anteriores, não possuem discriminação de valores por data base de competência, não foram atualizados monetariamente e não foi efetuada uma análise do prazo prescricional de 5 (cinco) anos para o INSS e para o IRPJ, IRRF, CSLL, INSS e ISS, oriundos de anos anteriores, não possuem discriminação de valores por data base de competência, não foram atualizados monetariamente e não foi efetuada uma análise do prazo prescricional de 5 (cinco) anos para o INSS e para o IRPJ, IRRF, CSLL, INSS e ISS, oriundos de anos anteriores, não possuem discriminação de valores por data base de competência, não foram atualizados monetariamente e não foi efetuada uma análise do prazo prescricional de 5 (cinco) anos para o INSS e para o IRPJ, IRRF, CSLL, INSS e ISS, oriundos de anos anteriores, não possuem discriminação de valores por data base de competência, não foram atualizados monetariamente e não foi efetuada uma análise do prazo prescricional de 5 (cinco) anos para o INSS e para o IRPJ, IRRF, CSLL, INSS e ISS, oriundos de anos anteriores, não possuem discriminação de valores por data base de competência, não foram atualizados monetariamente e não foi efetuada uma análise do prazo prescricional de 5 (cinco) anos para o INSS e para o IRPJ, IRRF, CSLL, INSS e ISS, oriundos de anos anteriores, não possuem discriminação de valores por data base de competência, não foram atualizados monetariamente e não foi efetuada uma análise do prazo prescricional de 5 (cinco) anos para o INSS e para o IRPJ, IRRF, CSLL, INSS e ISS, oriundos de anos anteriores, não possuem discriminação de valores por data base de competência, não foram atualizados monetariamente e não foi efetuada uma análise do prazo prescricional de 5 (cinco) anos para o INSS e para o IRPJ, IRRF, CSLL, INSS e

KPMG Auditores Independentes
Av. Djalma Batista, 1.661 - Sala 803
Millennium Center - Business Tower
69050-010 - Manaus/AM - Brasil
Caixa postal 3751
Telefone +55 (92) 2123-2350
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
Gera Maranhão - Geradora de Energia do Maranhão S.A.
Miranda do Norte - MA

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Gera Maranhão - Geradora de Energia do Maranhão S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Gera Maranhão - Geradora de Energia do Maranhão S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Em 13 de fevereiro de 2019 emitimos relatório de auditoria sem modificações sobre as demonstrações financeiras da Gera Maranhão - Geradora de Energia do Maranhão S.A. relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, que ora estão sendo representados. Conforme descrito nas notas explicativas nº 7 e 25, essas demonstrações financeiras foram alteradas e estão sendo representadas para refletir a transferência das ações da GNP S.A. descrita nas referidas notas explicativas. Consequentemente, nossa opinião considera estas alterações e substitui a opinião anteriormente emitida. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliarmos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Manaus, 10 de abril de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-0144280-6-F-AM


Marcelo Pereira Gonçalves
Contador CRC 15192502/0-3


Thiago de Almeida Souza
Contador CRC 15725113/0-2

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

- A Companhia**
A Gera Maranhão - Geradora de Energia do Maranhão S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 3 de setembro de 2007, com sede na via de acesso à Subestação Miranda II da Eletrobrás, Km 3, Portão A - Zona ("CCLEAR"), celebradas em 25 de fevereiro de 2008, ambas do Ministério de Minas de Energia, pelo prazo de 35 anos.
- Resolução normativa**
A Companhia foi autorizada a estabelecer-se como produtora independente de energia elétrica através da Portaria nº 017, de 17 de janeiro de 2008 e da Portaria nº 019 de 18 de janeiro de 2008, ambas do Ministério de Minas de Energia, pelo prazo de 35 anos.
- Operação**
Em virtude da autorização da qual é titular, e pelo fato de ser uma produtora independente de energia elétrica que comercializa seu produto por sua conta e risco e a preços estabelecidos através do cálculo do Custo Variável Unitário - CVU, a Companhia não está sujeita às limitações de venda de energia entre partes relacionadas e à necessidade de realização de leilões de venda de energia. Portanto, suas atividades não se enquadram nos requerimentos da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão.
- Contrato de comercialização**
A Companhia iniciou suas atividades comerciais em 9 de janeiro de 2010 (UTE GERAMAR I) e 6 de fevereiro de 2010 (UTE GERAMAR II), sendo que cada usina é constituída por 19 (dezenove) unidades moto geradoras, totalizando 330 MW de capacidade instalada. Atualmente fornece energia elétrica para 36 (trinta e seis) clientes, nos termos dos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado ("CCLEAR"), celebradas em 25 de fevereiro de 2008, com início em 1º de janeiro de 2010 e término em 31 de dezembro de 2024.

Nos exercícios de 2017 e 2018, as usinas geraram e forneceram energia por determinação do Operador Nacional do Sistema nos seguintes períodos: de 9 a 11 de janeiro, de 20 a 25 de fevereiro e de 28 de julho a 24 de novembro de 2017; e de 28 de julho a 28 de setembro de 2018. Nos demais períodos, as usinas permaneceram em disponibilidade, sem gerar energia.

2 Base de preparação e declaração de conformidade

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 9 de abril de 2019.

Detalhes sobre as políticas contábeis estão apresentadas na nota explicativa nº 8. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

5 Base de mensuração

Não há julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos relevantes sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão incluídas na nota explicativa nº 24 - Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências - principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das salidas de recursos.

Mensuração do valor justo

Certas políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Os valores justos são apurados para o propósito de mensuração e divulgação. Quando aplicável, informações adicionais sobre premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas políticas contábeis e demais notas explicativas de ativos e passivos correspondentes.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou de um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 32 - Instrumentos financeiros.

6 Mudanças nas principais políticas contábeis

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 47 e CPC 48 a partir de 1º de janeiro de 2018. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

Devido aos métodos de transição escolhidos pela Companhia na aplicação dessas normas, as informações comparativas dessas demonstrações financeiras não foram representadas para refletir os requerimentos das novas normas.

O efeito da aplicação inicial dessas normas não produziu efeito relevante às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

(a) CPC 47 Receita de contrato com cliente

O CPC 47 estabeleceu uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu o CPC 30 - Receitas, o CPC 17 - Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços.

Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

A Companhia adotou o CPC 47 usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com o efeito de aplicação inicial da norma em 1º de janeiro de 2018.

Consequentemente, a informação apresentada para 2017 não foi representada - isto é, está apresentada, conforme reportado anteriormente, sob o CPC 30, o CPC 17 e interpretações relacionadas. Além disso, os requerimentos de divulgação do CPC 47, em geral, não foram aplicados à informação comparativa.

A tabela a seguir resume o impacto de adoção do CPC 47 no balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2018. Não houve impacto material nas demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

31 de dezembro de 2018	Nota	Conforme apresentado	Ajustes	Valores sem a adoção do CPC 47
Ativos				
Ativos de contratos	(a)	29.432	29.432	-
Contas a receber de clientes	(a)	1.375	(29.432)	30.807
Outros		653.931	-	653.931
Total do ativo		684.738	-	684.738
Passivo				
Patrimônio líquido		340.707	-	340.707
		344.031	-	344.031
Total do passivo e patrimônio líquido		684.738	-	684.738

(a) De acordo com o CPC 30, a receita de venda de energia era reconhecida contra o contas a receber, uma vez que ainda não se tinha a identificação do devedor pela ONS, no CPC 47 o direito oriundo dessa receita é reconhecida na conta Ativos de contratos.

Receita de venda de energia contratada por disponibilidade: referente a receita fixa, reconhecida pelo contrato de disponibilidade das usinas. A Companhia possui segurança jurídica em seus contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado (CCLEAR) e não há expectativa de devoluções. Assim como no CPC 30, o CPC 47 a receita continua sendo reconhecida no momento em que se disponibiliza a energia contratada aos clientes, que representa o cumprimento da obrigação de performance previsto no contrato.

Receita de venda de energia fornecida: referente as receitas variáveis, reconhecidas por meio das medições para apurar os volumes de energia fornecidos, relacionadas ao CVU e ao MCP, além do ressarcimento da energia adquirida junto a CCEE. Assim como o CPC 30, o CPC 47 a receita de energia fornecida e os custos associados são reconhecidos pela entrega da energia gerada aos clientes.

(b) CPC 48 Instrumentos financeiros

O CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Como resultado da adoção do CPC 48, a Companhia adotou as alterações consequentes ao CPC 26 - Apresentação de demonstrações financeiras, que exigem que a redução ao valor recuperável dos ativos financeiros sejam apresentados em linha separada na demonstração do resultado. Anteriormente, a abordagem da Companhia era incluir a redução ao valor recuperável de contas a receber em outras despesas.

Adicionalmente, a Companhia adotou as alterações consequentes ao CPC 40 - Instrumentos financeiros: evidênciação, que são aplicadas às divulgações em 2018, mas que, em geral, não foram aplicadas à informação comparativa.

O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA e valor justo por meio do resultado - VJR. A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O CPC 48 elimina as categorias antigas do CPC 38 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. De acordo com o CPC 48, os derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma não são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

O CPC 48 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros.

A adoção da CPC 48 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos.

A tabela a seguir demonstra as categorias de mensuração originais no CPC 38 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 para cada classe de ativos e passivos financeiros da Companhia em 1º de janeiro de 2018.

	Classificação original	Nova classificação		Valor contábil original CPC 38	Valor contábil original CPC 48
		CPC 38	CPC 48		
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis		Custo amortizado (a)	24.186	24.186
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis		Custo amortizado (a)	80.848	80.848
Outras contas a receber	Empréstimos e recebíveis		Custo amortizado (a)	9.353	9.353
Passivos financeiros					
Fornecedores	Outros passivos financeiros		Outros passivos financeiros	47.289	47.289
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos financeiros		Outros passivos financeiros	69.446	69.446
Debitantes	Outros passivos financeiros		Outros passivos financeiros	257.084	257.084

(a) Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber que eram classificadas como empréstimos e recebíveis de acordo com o CPC 38 agora são classificadas como custo amortizado. Nenhum impacto foi reconhecido no saldo de abertura de lucros acumulados em 1º de janeiro de 2018 na transição para o CPC 48.

7 Representação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, originalmente emitidas em 13 de fevereiro de 2019, estão sendo representadas, em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativas e Erro e CPC 26(R1) - Apresentação das demonstrações contábeis, em decorrência da transferência das ações da GNP S.A., conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2018 (originalmente apresentado)	Ajuste	31/12/2018 (representado)
Passivo	340.707	-	340.707
Patrimônio líquido			
Capital social			
GNP S.A.	69.519	(69.519)	-
Service Investimentos e Participações Ltda.	-	34.760	34.760
Fundo de Investimento em Participações Ordem São Davi Seibel	-	29.135	29.135
Equatorial Energia S.A.	34.760	5.624	40.384
Fundo de Investimento e Participações Brasil Energia	34.760	-	34.760
Total do capital social	139.039	-	139.039
Reserva de lucros	197.523	-	197.523
Dividendo adicional proposto	7.469	-	7.469
Total do patrimônio líquido	344.031	-	344.031
Total do passivo e do patrimônio líquido	684.738	-	684.738

8 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente nos exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Contas a receber de clientes emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes - ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos, se houver. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira para que isso reflète melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipuladas para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido

por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados subsequentemente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Estes ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Estes ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

A Companhia classificou os ativos financeiros nas seguintes categorias:

- empréstimos e recebíveis;
- ativos financeiros mantidos até o vencimento;
- ativos financeiros disponíveis para venda; e
- ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, e dentro dessa categoria como:
 - os ativos financeiros mantidos para negociação;
 - os instrumentos derivativos de hedge; ou
 - os ativos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado.

Empréstimos e recebíveis	Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos
Ativos financeiros mantidos para venda	Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, exceto as perdas por impairment, juros e diferenças cambiais sobre os instrumentos de dívida, foram reconhecidas em ORA e acumuladas na reserva de valor justo. Quando esses ativos foram desreconhecidos, os ganhos e perdas acumuladas no patrimônio líquido foram reclassificados para o resultado.
Ativos financeiros a VJR	Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, incluindo juros ou receita de dividendos, foram reconhecidas no resultado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos

São Luís, quart-feira, 24 de abril de 2019

financeiras. As despesas financeiras compreendem, principalmente, juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

k. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

l. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

m. Subvenção e assistência governamentais

Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do exercício, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições do CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais.

n. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A instalação das usinas na região da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), de acordo com projetos aprovados pelas autoridades federais envolvidas, permite à Companhia usufruir de redução da base de cálculo do imposto de renda em 75% sobre o lucro da exploração.

As despesas com imposto de renda e contribuição social reconhecidas compreendem os respectivos tributos correntes.

9. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão eletivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras, e não planeja adotar estas normas de forma antecipada, pois suas análises preliminares demonstram que a aplicação das mesmas não terá impacto significativo.

(a) CPC 06 (R2) – Arrendamentos

A Companhia deverá adotar o CPC 06(R2) - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia continua avaliando o potencial impacto que a aplicação inicial do CPC 06 (R2) terá sobre as demonstrações financeiras, conforme descrito abaixo. Os impactos reais da adoção da norma a partir de 1º de janeiro de 2019 poderão mudar porque as novas políticas contábeis estão

sujeitas à mudança até que a Companhia apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data da aplicação inicial.

O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil e o ICP 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

(i) Arrendamentos em que a Companhia é uma arrendatária

A Companhia reconhecerá novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais das instalações. A natureza das despesas relacionadas a esses arrendamentos mudará porque a Companhia reconhecerá um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

A Companhia anteriormente reconhecia uma despesa linear de arrendamento operacional durante o prazo do arrendamento, e reconhecia ativos e passivos na medida em que havia uma diferença temporal entre os pagamentos efetivos de arrendamentos e as despesas reconhecidas.

Além disso, a Companhia não mais reconhecerá provisões para arrendamentos operacionais que ele avaliar como onerosos. A Companhia incluirá nas obrigações do arrendamento os pagamentos devidos nos termos do arrendamento.

(ii) Arrendamentos em que a Companhia é uma arrendadora

A Companhia avaliará a classificação dos subarrendamentos em que é um arrendador.

(iii) Transição

A Companhia pretende aplicar o CPC 06(R2) inicialmente em 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, se houver efeito cumulativo da adoção do CPC 06(R2) este será reconhecido como um ajuste no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

Se houver efeitos a Companhia planeja aplicar o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento na transição. Isso significa que aplicará o CPC 06(R2) a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06(R1) e a ICP 03.

(b) Outras normas

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- ICP 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro.
- Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa (Alterações no CPC 48).

- Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (Alterações no CPC 18(R2)).
- Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano (Alterações no CPC 33).
- Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 - várias normas.
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- IFRS 17 Contratos de Seguros

10 Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Caixa e bancos	10.626	19.006
Aplicações financeiras	17.473	5.180
	28.099	24.186

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, conforme demonstrado a seguir:

Instituição financeira	Tipo de investimento	Taxa média de remuneração em relação ao CDI	2018	2017
Banco ABC Brasil S.A.	Operações comprometidas	98,5 a 100%	17.473	5.180

Essas aplicações podem ser resgatadas imediatamente pela Companhia sem quaisquer descontos ou multas. A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 32.

11 Ativos de contratos

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo refere-se a: i) R\$ 7.358 como parte da parcela do mês de novembro de 2018; e ii) R\$ 22.074 como parcela fixa integral de dezembro de 2018.

12 Contas a receber de clientes

	2018	2017
Valores futuros a vencer	1.375	29.044
Partes relacionadas futuras a vencer (nota explicativa nº 31)	-	485
Valores a futurar	-	51.319
	1.375	80.848

A variação dos saldos entre 31 de dezembro de 2018 e 2017 deve-se a redução da geração de energia elétrica, referente a parcela variável, conforme mencionado anteriormente houve geração de energia apenas de julho a setembro de 2018. Até dezembro de 2018, foi gerado e entregue para os clientes 402,90 MWh, contra 772,28 MWh entregues no mesmo período de 2017.

13 Estoques

	2018	2017
Óleos combustíveis e lubrificantes	26.959	18.423
Material sobressalente - partes e peças	19.429	19.570
Consumíveis, limpeza, uniformes e ferramentas de pequeno porte	869	834
	47.257	38.827

O estoque de combustíveis refere-se a insumos utilizados na geração de energia elétrica e o estoque de material sobressalente refere-se a materiais que serão utilizados nas manutenções das máquinas e equipamentos das usinas. Em 2018, a Companhia continuou a adotar a política de manter o nível máximo de capacidade de óleo, 8,1 mil toneladas, considerado suficiente para eventuais contingências, cuja variação se deu em função do aumento de 35% do custo médio do óleo OC-B1.

14 Outras contas a receber

	2018	2017
Projeto de P&D - Usina termo solar	-	3.252
Projeto de P&D - Teste de vibração do motor	-	1.708
Projeto de P&D - Investor <i>interleave</i> trifásico	-	1.327
Projeto de P&D - Metodologia de diagnóstico em transformadores	-	1.430
Projeto de P&D - Sistema de supervisão de dados no cabeçote	1.155	189
Projeto de P&D - Investor <i>II interleave</i> trifásico	692	-
Projeto de P&D - Tratamento de efluentes	515	-
Projeto de gestão	169	88
Adiantamentos	4.102	1.245
Outros	18	114
	6.671	9.353

15 Aplicações financeiras vinculadas

Instituição financeira	Taxa média de remuneração em relação ao CDI	2018	2017
Banco da Amazônia S.A. - BASA	4,70%	22.199	21.340
Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB (a)	6,40%	16.388	22.211
		38.587	43.551

Referem-se a garantias/reservas do resgate das debêntures emitidas em favor do BASA e do financiamento em favor do BNB. Essas aplicações poderão ser resgatadas no caso de inadimplência da Companhia e/ou no final dos contratos com o BASA e BNB.

(a) Em fevereiro de 2018, amparada na cláusula vigésima sétima da Escritura de Financiamento, a Companhia resgatou os valores excedentes depositados nas contas de reservas em favor do BNB, totalizando R\$ 6.870, e utilizou os recursos para amortizar parte do saldo devedor do respectivo financiamento.

Instituição financeira	2017	Juros auferidos	Resgates efetuados	2018
BASA	21.340	858	-	22.199
BNB	22.211	1.047	(6.870)	16.388
	43.551	1.905	(6.870)	38.587

16 Imobilizado

	Taxas de depreciação % a.a.	Saldos em 01/01/2018	Adições	Baixas	Transfere- rências	Saldos em 31/12/2018
Custo						
Terenos	180	-	-	-	-	180
Edifícios	61.429	-	-	-	-	61.429
Móveis e utensílios	1.667	189	-	-	-	1.856
Máquinas e equipamentos	579.853	1.281	(15)	872	-	581.991
Equipamentos de informática	1.140	175	-	17	-	1.332
Imobilizado em andamento (a)	10.905	15.058	(2.170)	(889)	-	22.904
		655.174	16.703	(2.185)	-	669.692
Depreciação						
Edifícios	2,22 (6.723)	(572)	-	-	-	(7.295)
Móveis e utensílios	10,00 (1.122)	(241)	-	-	-	(1.363)
Máquinas e equipamentos	2,22 (121.541)	(13.313)	-	-	-	(134.854)
Equipamentos de informática	20,00 (573)	(155)	-	-	-	(726)
	(29.957)	(14.283)	-	-	-	(44.238)
Imobilizado líquido		525.217	2.422	(2.185)		528.454

(a) As adições referem-se a: i) aquisições de partes e peças para manutenção de 24 mil horas dos motores de geração, cuja previsão para conclusão é 2021, e ii) obras de engenharia em andamento nas usinas.

	Taxas de depreciação % a.a.	Saldos em 01/01/2017	Adições	Baixas	Transfere- rências	Saldos em 31/12/2017
Custo						
Terenos	180	-	-	-	-	180
Edifícios	60.297	-	-	-	1.132	61.429
Móveis e utensílios	1.310	157	-	-	-	1.667
Máquinas e equipamentos	561.373	298	(24)	18.206	-	579.853
Equipamentos de informática	956	184	-	-	-	1.140
Imobilizado em andamento (a)	21.180	10.937	(1.874)	(19.338)	-	10.905
		645.496	11.576	(1.898)	-	655.174
Depreciação						
Edifícios	2,22 (6.169)	(554)	-	-	-	(6.723)
Móveis e utensílios	10,00 (823)	(299)	-	-	-	(1.122)
Máquinas e equipamentos	2,22 (108.352)	(13.189)	-	-	-	(121.541)
Equipamentos de informática	20,00 (481)	(150)	-	-	-	(67)
	(115.765)	(14.192)	-	-	-	(129.957)
Imobilizado líquido		529.731	(2.616)	(1.898)		525.217

17 Diferido

	2018	2017
Despesas pré-operacionais	5.829	5.829
Amortização acumulada	(5.210)	(4.627)
	619	1.202

18 Fornecedores

	2018	2017
Petrobras Distribuidora S.A. (a)	-	36.908
Wartilla Switzerland Ltd	-	822
CEST - Contrato de uso do sistema de transmissão	2.161	2.291
Tokyo Marine Seguradora S.A.	3.640	1.740
Kroma Comercializadora de Energia Ltda	-	919
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco	92	98
Funasa Centrais Elétricas S.A.	108	117
Ramos Brasil Recursos Humanos Ltda	134	284
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A	67	64
Mertio Comercializadora de Energia Elétrica Ltda	316	42
Weg Equipamentos Elétricos S/A	340	-
Outros	1.154	4.094
	8.032	47.289

(a) A redução está relacionada ao interrupimento da geração e fornecimento de energia, em 31 de dezembro de 2018 todas as compras de combustível OC-B1 adquiridas da Petrobras foram totalmente pagas dentro do exercício.

19 Empréstimos e financiamentos

Instituição financeira	Tipo	2018	2017
Banco do Nordeste do Brasil S/A - BNB	FNE	58.651	69.446
Circulante		5.840	5.763
Não circulante		52.811	63.683

O financiamento na modalidade Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), gerido pelo BNB, refere-se a valores liberados no montante de R\$ 83.487, acrescidos de juros de 10% a.a., a ser diminuído de bônus por adimplência de 15%, o que resulta em juros efetivos de 8,5% a.a., com amortização prevista em 180 meses. Está garantido pelo aval de acionistas, penhor das ações da Companhia, hipoteca do imóvel onde está instalado o empreendimento, alienação fiduciária de máquinas e equipamentos da Usina, cessão de direitos emergentes e cessão dos direitos de crédito dos contratos CCEAR.

Para também garantir essa dívida junto ao FNE, a Companhia possui a aplicação financeira vinculada de longo prazo, a título de reserva de garantia, no valor de R\$ 16.388, conforme descrito na nota explicativa nº 15.

Cláusulas restritivas (covenants)

A Companhia possui em seu contrato junto ao Banco, cláusulas, conforme detalhado abaixo, que perante o seu descumprimento, o Banco do Nordeste pode exigir a quitação completa e antecipada do contrato de financiamento.

- Insuficiência de saldo na conta reserva I e II;
- Atraso superior a 30 dias em suas parcelas;
- Rescisão das autorizações concedidas pela ANEEL e MME; e
- Extinção dos contratos CCEAR.

A Companhia não violou nenhuma das respectivas cláusulas rescisórias.

Movimentação no saldo de empréstimos e financiamentos ao longo do exercício

Tipo	2017	Juros incorridos	Juros pagos	Principal pago	2018
FNE	69.446	6.033	(6.048)	(10.780)	58.651
	69.446	6.033	(6.048)	(10.780)	58.651

Cronograma de desembolsos de longo prazo

	2018	2017
2019	-	6.265
2020	5.767	6.269
2021 (a)	794	863
2022	7.287	7.923
2022 em diante	38.963	42.363
	52.811	63.683

(a) A redução está relacionada a amortização de parte do saldo devedor do financiamento com a utilização dos valores excedentes depositados nas contas de reservas em favor do BNB, nos termos da cláusula vigésima sétima da Escritura de Financiamento, conforme divulgado na nota explicativa nº 15.

20 Debêntures

Instituição financeira	Tipo	2018	2017
Banco da Amazônia S/A - BASA	FDA	235.257	257.084
Circulante		43.373	40.993
Não circulante		191.884	216.181

As debêntures referem-se a financiamento junto ao Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), gerido pela SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia e tomado do Banco da Amazônia S.A, no valor total de R\$ 334.057, através da emissão de 334.057.000 debêntures. O saldo devedor é corrigido pela TJP, acrescida de juros de 0,85% a.a., mais 0,15% a.a. de del credere, com amortização prevista em 180 meses.

As debêntures são da espécie com garantia real e fidejussória por fiança, conversíveis em ações preferenciais ou ordinárias, limitada a 15% de cada parcela programada, caso não haja o pagamento das parcelas de amortização. As debêntures estão garantidas por:

- Aval de acionistas;
- Penhor de 100% das ações da Companhia;
- Hipoteca do imóvel onde está instalado o empreendimento, incluídas as benfeitorias no montante aproximado de R\$ 119.262;
- Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos da Usina no montante aproximado de R\$ 388.000; e
- Cessão dos direitos de créditos dos CCEAR

Para também garantir essa dívida junto ao FDA, a Companhia possui a aplicação financeira vinculada de longo prazo, a título de reserva de garantia, no valor de R\$ 22.199, conforme descrito na nota explicativa nº 15.

Cláusulas restritivas (covenants)

A Companhia possui em seu contrato junto ao Banco, cláusulas, conforme detalhado abaixo, que perante o seu descumprimento, o Banco da Amazônia pode exigir a quitação completa e antecipada do contrato de financiamento:

- Inadimplência por parte da Companhia ou dos Acionistas;
- Alteração no controle direto ou indireto da Companhia, sem aval da SUDAM;
- Descumprimento de legislação ambiental;
- Contratação de trabalho escravo ou infantil;
- Existência de procedimento judicial que afete as garantias ofertadas;
- Descumprimento do regulamento do FDA.

A Companhia não violou nenhuma das respectivas cláusulas rescisórias.

Movimentação no saldo de debêntures ao longo do exercício

Tipo	2017	Juros incorridos	Juros pagos	Principal pago	2018
FDA					

São Luís, quart-feira, 24 de abril de 2019

Estrutura do gerenciamento de risco

A Companhia possui estrutura de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a segregação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro nos fluxos de caixa. As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de risco demonstrados a seguir:

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartidas ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartidas e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

Table with columns: 2018, 2017, Aplicações financeiras de liquidez imediata (Nota 10), Ativos de contratos (Nota 11), Contas a receber de clientes (Nota 12), Aplicações financeiras vinculadas (Nota 15).

A Companhia não possui risco de crédito por região geográfica, pois todos os seus clientes estão localizados no Brasil. O risco de crédito por tipo de contraparte é mitigado pela relação contratual com seus clientes, através da modalidade CCFAR. As aplicações financeiras são efetivadas apenas em bancos considerados de baixo risco.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Tipicamente, a Companhia garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de 60 dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

Exposição ao risco de liquidez

Table for 31 de dezembro de 2018 showing 2018, Até 12 meses, Entre 1 e 2 anos, Acima de 2 anos.

Table for 31 de dezembro de 2017 showing 2017, Até 12 meses, Entre 1 e 2 anos, Acima de 2 anos.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro dos parâmetros aceitáveis, e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno. As operações em moedas estrangeiras não são significativas, por este motivo consideramos que não existe exposição relevante às flutuações do câmbio.

a. Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a aplicação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas, enquanto as obrigações com financiamentos são indexadas basicamente pela taxa de juros de longo prazo (TJLP). Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

Table with columns: Nota, 2018, 2017, Aplicações financeiras de liquidez imediata, Aplicações financeiras vinculadas, Empréstimos e financiamentos, Debêntures.

b. Valor justo

Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

• Aplicações financeiras (de liquidez imediata e vinculadas) - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial se equivalem ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI e SELIC.

• Contas a receber e fornecedores - Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisões para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. O valor contábil se equivale ao valor justo tendo em vista o curto prazo de liquidação dessas operações (menos de 90 dias). No caso dos valores a receber em prazo mais longo, a Companhia calcula seu valor presente, o que faz valor contábil ser equivalente ao valor justo.

• Empréstimos, financiamentos e debêntures - São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e são registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas equivalentes às taxas oriundas de fontes de financiamento específicas.

33 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2018, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 990.599 (Usina), R\$ 223.755 para lucros cessantes e R\$ 6.800 para responsabilidade civil.

Administração da Companhia

Marcelo Ayara Villela Canara Diretor Administrativo Financeiro

Marcelo Luiz de Carvalho Ribeiro Diretor Técnico

Álicio Agêter Silva Bezerra Diretor Executivo

Francisco Evandro Costa Souza Contador CRC-AM 0002210-0-5-MA

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE BACURI/MA AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2019/CPL/PMB, PROCESSO Nº 20/2019 - Sec. Mun. de Administração e Finanças. A Prefeitura Municipal de Bacuri/MA, através de seu Pregoeiro Oficial, torna público aos interessados que realizará às 10:00 horas do dia 14 de Maio de 2019, na sala da Comissão Permanente de Licitação/CPL, situada à Av. 07 de Setembro, nº 210, Centro, Bacuri/MA, licitação, na modalidade Pregão Presencial, tipo Menor Preço, para Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados para manutenção gerenciada dos serviços de iluminação pública, compreendendo as atividades constantes no termo de referência, com fornecimento de materiais para manutenção da iluminação pública do Município de Bacuri/MA, na forma da Lei Federal nº 10.520/02, e subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93. O Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no endereço supra, de 2ª a 6ª feira, no horário das 08 às 12 horas, onde poderão ser consultados gratuitamente ou obtidos mediante o recolhimento da importância de R\$ 50,00 (cinquenta reais), feito exclusivamente, através do Documento de Arrecadação Municipal - DAM, emitido pela Coordenação de Tributos, Arrecadação e Fiscalização da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, situada à Av. 07 de Setembro, nº 210, Centro, Bacuri/MA. Qualquer modificação no Edital será divulgada na forma do artigo 21, § 4º da Lei 8.666/93 e comunicada aos interessados que adquirirem o Edital na CPL. Pedidos de esclarecimentos deverão ser protocolados na CPL, no endereço acima, Bacuri/MA, 23 de Abril de 2019. Linelson Ribeiro Rodrigues-Pregoeiro Oficial

7º Ofício Extrajudicial

PROTOCOLO: 42.905 EDITAL DE INTIMAÇÃO

Pelo presente EDITAL, devido à parte se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica a pessoa abaixo relacionada, na condição de FIDUCIANTE DEVEDOR, intimada para ciência de que estamos autorizados na forma da lei nº 9.514/97, promover a consolidação da propriedade da respectiva alienação fiduciária que onera o imóvel do qual detém a propriedade suspensiva e posse direta. Fica, portanto, ciente de que tem o prazo de 15 (quinze) dias contados a partir da data da publicação deste, para querendo, purgar o débito e evitar a consolidação da propriedade em favor do fiduciário credor, o que poderá ser feito em qualquer agência do BANCO BRADESCO S/A.

CONTRATO nº 237/0460/15092014-01 - MUTUÁRIO: 1) JONE ASSUNÇÃO BEZERRA inscrito no CPF sob nº 002.023.263-22, sendo o Imóvel situado nesta cidade, com frente para a Rua Alameda das Macaúbas, Lt. 07, Qd. 06, Condomínio Jandaia Tênis Club Residencial, com área privativa de 329,17m², área de uso comum 307,17m², área total 636,34m² devidamente registrada sob a Matrícula nº 25.359 constante na Folha 159 do Livro 2-DJ, neste 7º Ofício Extrajudicial, Comarca de Imperatriz, Estado do Maranhão.

Imperatriz/MA, 29 de Março de 2019.

Logo of the 7th Extrajudicial Office and contact information for Katherine Farias U. Sousa, Escrevente Autuada, Portaria INTJ nº 010/2017, 7º Ofício Extrajudicial, Imperatriz - MA.

ESTADO DO MARANHÃO EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES - EMSERH AVISO DE LICITAÇÃO LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 029/2019 - CSL/EMSERH PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 125.869/2018 - EMSERH

ESTADO DO MARANHÃO EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES - EMSERH AVISO DE LICITAÇÃO LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 030/2019 - CSL/EMSERH PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 159.419/2017 - EMSERH

ESTADO DO MARANHÃO COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO MARANHÃO - CAEMA CNPJ Nº 06.274.757/0001-50 ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA EDITAL DE CONVOCAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA INÊS - MA AVISO DE LICITAÇÃO: EXCLUSIVA PARA ME/EPP PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2019 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0615/2019

Divulhou, Ligou, Ganhou! O mundo todo aprova. O assinante que ligar hoje, das 9 às 10h para o telefone 3212.2002 ganha 1 VOUCHER* para 4 pessoas para se divertir no Valparaíso AcquaPark, válido até o 27 DE ABRIL DE 2019 O IMPARCIAL

Valparaíso Acqua Park Estrada da Pindoba, Paço do Lumiar - MA 98 3265.0217 98 99210.6204 ValparaísoAcquaPark www.valparaísoacqua.com.br

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE COELHO NETO COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE COELHO NETO/MA AVISO DE LICITAÇÃO

SOCIEDADE EUNICE WEAVER DO MARANHÃO Declarado de Utilidade Pública Federal pelo decreto 165, de 17/11/1961, Municipal pelo decreto 53, 05/11/92 e Estadual pelo decreto 7.250, de 29/09/98.

EDUCANDÁRIO SANTO ANTONIO EDITAL DE CONVOCAÇÃO Assembleia Geral Ordinária A presidente da Sociedade Eunice Weaver do Maranhão convoca os diretores e membros dos Conselhos, em pleno gozo de seus direitos, para tomarem parte da reunião da Assembleia Geral Ordinária, que se realizará no dia 30 de abril de 2019, quinta-feira, às 10:00 horas, na sede do Educandário Santo Antônio, à Av. Edson Brandão, 14 - Cutim - Anil, com as seguintes finalidades.

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE BACURI/MA AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2019/CPL/PMB, PROCESSO Nº 19/2019. A Prefeitura Municipal de Bacuri - MA, através da Comissão Permanente de Licitação-CPL, torna público aos interessados que realizará às 14:00 horas do dia 14 de Maio de 2019, na sala da Comissão Permanente de Licitação/CPL, situada à Av. 07 de Setembro, nº 210, Centro, Bacuri - MA, Licitação para contratação de empresa para prestação de serviços de Limpeza Pública no município de Bacuri-MA, na forma da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993. O Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no endereço supra, de 2ª a 6ª feira, no horário das 08 às 12 horas, onde poderão ser consultados gratuitamente ou obtidos mediante o recolhimento da importância de R\$ 50,00 (cinquenta reais), feito exclusivamente, através do Documento de Arrecadação Municipal - DAM, emitido pela Coordenação de Tributos, Arrecadação e Fiscalização da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, situada à Av. 07 de Setembro, nº 210, Bairro Centro, Bacuri - MA. Qualquer modificação no Edital será divulgada na forma do artigo 21, § 4º da Lei 8.666/93 e comunicada aos interessados que adquirirem o Edital na CPL. Pedidos de esclarecimentos deverão ser protocolados na CPL, no endereço acima, Bacuri (MA), 23 de abril de 2019. Linelson Ribeiro Rodrigues, Presidente da Comissão Permanente de Licitação/CPL do Município.

CAIXA MINISTÉRIO DA ECONOMIA PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DO PDC MA.3121.2018.C.000071 A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, por meio da CORREGEDORIA DA CAIXA/DF - COREDF - DF, pela impossibilidade de notificar pessoalmente no endereço constante nos autos o empregado JOEL BEZERRA DE MOURA SOBRINHO, matrícula 092976-0, arrolado no Processo Administrativo MA.3121.2018.C.000071, notifica que o referido processo resultou no enquadramento em transgressão às proibições no Regulamento de Pessoal da CAIXA - RH 053 - 007 constantes no(s) subitem(ns) 9.2.1.11 e 9.3.1.3, conforme NJ JURIR/SL nº 1712031/2018. Fica V. Sa. cientificado de que lhe é concedido o prazo de 10 (dez) dias corridos, contados do dia seguinte da publicação do presente Edital, para que, se quiser, apresente defesa escrita. Informamos, por oportuno, que o processo está à sua disposição na COREDF/CE, situada à Rua Sena Madureira, nº 800, 4º Andar, Corregedoria - Centro- Fortaleza/CE, durante o horário normal de expediente para, caso queira, ter vistas dos autos e requerer cópias de peças processuais, a exceção daquelas protegidas pelo sigilo bancário, nos moldes do MN AE 079.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2019 O município de Açailândia (MA), através da Prefeitura Municipal de Açailândia, por meio da Comissão Central de Licitação - CCL, torna público aos interessados que, com base na Lei nº 10.520/02, Lei nº 123/2006 e alterações posteriores, Decreto Municipal nº 134/2015, Decreto Municipal nº 136/2015, Decreto Municipal nº 177/2018 e alterações posteriores e subsidiariamente as disposições da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, fará realizar no dia 08 de maio de 2019 às 09:00h (nove horas), a licitação na modalidade Pregão Presencial nº 027/2019, do tipo Maior Lance ou Oferta, tendo por objeto a contratação de instituição financeira para prestação de serviços de pagamento da folha de salário dos servidores ativos, efetivos, contratados, comissionados, inativos, aposentados e pensionistas da Prefeitura Municipal de Açailândia e do Instituto de Previdência dos Servidores de Açailândia - IPSEMA, concessão de crédito consignado em folha de pagamento, de interesse da Secretaria de Economia e Finanças. A presente licitação será realizada no auditório da Prefeitura Municipal de Açailândia, situada à Av. Santa Luzia, s/nº, Parque das Nações, Açailândia (MA) e será presidida pela pregoeiro desta prefeitura municipal. O edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no endereço supra, de 2ª a 6ª feira, em dias úteis, no horário das 08:00h (oito horas) às 14:00h (catorze horas) e no site oficial deste poder executivo - www.açailandia.ma.gov.br, onde poderão ser consultados ou obtidos gratuitamente. Esclarecimentos adicionais no endereço supra ou pelo e-mail licitacao@açailandia.ma.gov.br ou pelo telefone (99) 3538-8666 - Ramal 222. Açailândia (MA), 23 de abril de 2019. Bianca Simone Ferreira Lemos Pregoeira

UNI Hosp SERVIÇOS DE SAÚDE EIRELI, inscrita no CNPJ 04.083.773/0001-30, vem, por motivos regulatórios, informar às sociedades abaixo qualificadas pelo número do CNPJ, que foram tentados contatos para encerramento do contrato, nos moldes da RN 195, e que restaram infrutíferos. Portanto, tem o presente comunicado o objetivo de informar que os contratos de planos de saúde firmados entre as empresas abaixo e essa operadora de planos de saúde serão encerrados 60 dias após esta publicação.

O IMPARCIAL O JORNAL MAIS ACESSADO DO MARANHÃO 3,5 MILHÕES DE CLIQUES MENSAIS LEIA A TODA HORA E EM TODO LUGAR OIMPARCIAL.COM.BR 92 ANOS DE CREDIBILIDADE

São Luís, quarta-feira, 24 de abril de 2019

PARA O BRASILEIRO

Moto anuncia mais dois reforços hoje

Ontem, o presidente Natanael Júnior confirmou a chegada de um zagueiro e anunciou para esta quarta-feira a divulgação dos nomes de um atacante e um lateral-esquerdo

O Moto Club continua se reforçando para a campanha da Série D do Campeonato Brasileiro. Depois de anunciar, ontem, a contratação do zagueiro **Ciro Luiz**, do Guarany de Sobral, o presidente Natanael Júnior deverá divulgar na tarde de hoje os nomes de um lateral-esquerdo e um atacante de finalização, o conhecido "camisa 9" tão esperado pela torcida motense.

Os novos contratados virão se juntar ao elenco rubro-negro neste fim de semana, onde já se encontram outros profissionais que já estão treinando com o grupo desde o início do mês, entre eles, os atacantes **Henrique** e **Bruno Henrique**, **Wander** e **Amarildo**. O ciclo de contratações, no entanto, não está encerrado.

O clube poderá trazer mais dois jogadores, conforme as necessidades que forem anotadas pelo técnico **Wallace Lemos**. Um deles poderá ser para o meio de campo, pois apesar de ter a alternativa de recuar **Márcio Diogo** para este setor, o pinheirense se adaptou muito bem como segundo atacante e poderá ser mantido taticamente na posição. O desafio maior para contratação de atletas com melhor qualidade é a falta de recursos financeiros. A receita está muito aquém das expectativas.

Hoje, também é dia de reapresentação dos atletas que ganharam uma boa folga após a decisão do Estadual. Os treinamentos serão intensificados até nos primeiros dias de maio. O time estreia no Brasileiro dia 4, contra o Atlético de Roraima, em Boa Vista.

A diretoria rubro-negra aproveitará



GAUDÊNCIO CARVALHO/MOTO

MOTO DEVERÁ INTENSIFICAR OS TREINAMENTOS, VISANDO A DISPUTA DO BRASILEIRO

a coletiva que será concedida à imprensa para mostrar as novas reformas recém-concluídas no CT Pereira dos Santos, que passa pela recuperação dos campos e chegam às dependências internas.

Maranhão

O MAC é outro clube que vem anunciando reforços. Ontem (23), o presidente **Róbson Paz** apresentou o zagueiro **Ramon**, de 29 anos. Trata-se da oitava contratação para a disputa da Série D do Brasileiro. O jogador está de volta ao Parque Valério Monteiro, após defender o MAC no Brasileiro de 2017.

"Fico feliz em defender o MAC novamente, agora começo uma nova caminhada aqui no clube. A torcida pode esperar o mesmo empenho e dedicação de 2017. Que esse ano a gente conquiste o grande objetivo do clube, que é o acesso à Série C", disse **Ramon**.

O atleta chega para reforçar o setor

defensivo do Maranhão Atlético Clube, que já conta com **Lucas**, **Anderson Alagoano**, **Maicon** e **Bruno Bacabal**. Ainda hoje a diretoria deverá na anunciar a contratação de mais um atacante, que poderá ser um jogador já conhecido no futebol maranhense.

Sampaio

O presidente **Sérgio Frota** deverá anunciar hoje uma definição sobre o caso do atacante **Samurai**, que afirma ter recebido proposta de outro clube e pediu aumento de salários em 50%. O dirigente disse ontem que não vai entrar em leilão, mas admitiu conversar com o jogador a fim de que ele aceite permanecer no Tricolor para as disputas da Série C do Brasileiro. Outro que pode deixar o Tricolor é o atacante **Edgar**, que não está nos planos do treinador **Julinho Camargo**. Enquanto isso, o zagueiro **Odair Lucas** já está reintegrado depois de ser advertido, segundo se informa, por exageros "extra campo".

FUTEBLOL

Agenda esportiva desta quarta-feira



VASCO X SANTOS É JOGO DECISIVO PELA COPA DO BRASIL

- 19h
Libertadores: Jorge Wilstermann x Athletico PR
SporTV 2
- 19h
Libertadores: Palestino x River Plate
SporTV 3
- 19h15
Copa do Brasil: Vasco x Santos
SporTV
- 19h15
Libertadores: Rosario Central x Universidad Católica
Fox Sports 2
- 21h30
Copa do Brasil: Juventude x Vila Nova
SporTV 3
- 21h30
Copa do Brasil: Corinthians x Chapecoense
Globo para SP, SporTV
- 21h30
Libertadores: Tolima x Boca Juniors
SporTV 2
- 21h30
Libertadores: LDU x Flamengo
Globo para RJ, Fox Sports
- 21h30
Libertadores: Alianza Lima x Internacional
Fox Sports 2
- 15h45
Campeonato Inglês: Manchester United x City
ESPN Brasil
- 15h45
Copa da Itália: Milan x Lazio
DAZN

LIBERTADORES

Fla encara LDU e altitude de Quito

LDU e Flamengo fazem nesta quarta-feira, às 21h30, o penúltimo jogo da fase de grupos. Líder, com 9 pontos conquistados em três vitórias e uma derrota, o time brasileiro é seguido pelo Peñarol (URU) que tem os mesmos 9 pontos e foi a equipe que derrotou o Rubro-Negro no Maracanã. Na frieza dos números, basta ao Flamengo um empate para garantir vaga nos mata-mata. Para a LDU, a situação é mais complicada: com apenas 4 pontos, os equatorianos precisam vencer e depois também derrotar o San José na última rodada e ainda torcer contra os líderes do grupo.

O contexto é todo desfavorável ao Flamengo, que joga na casa do adversário, em uma altitude de 2.700 metros, após fazer a final do Campeonato Carioca no último domingo. A logística para o time chegar menos cansado ao Equador envolveu vôos fretados. Com apenas um treino em solo o Rubro-Negro chega evidentemente desgastado. Sem outra opção que não seja a vitória, a LDU deverá pressionar o Urubu desde o início do jogo com o claro objetivo de "acabar com o fôlego" dos brasileiros e tentar definir na metade final do duelo.

Apesar da desvantagem da altitude, a experiência e os números estão ao lado da equipe brasileira. No banco de reservas há um técnico experiente, **Abel Braga**, que já venceu a Libertadores. Em campo, jogadores igualmente experientes que sabem a dificuldade que é jogar na altitude de Quito. A ordem é não entrar na pilha equatoriana e se poupar durante os 90 minutos. A responsabilidade pela vitória é toda da LDU que precisará se expor ao contra-ataque.

O Flamengo fez apenas um treino, ontem, no Estádio Olímpico Atahualpa. O meia **Arrascaeta** avalia a situação do grupo e projeta a partida desta quarta-feira. Para o uruguaio, o Flamengo precisa atuar de maneira inteligente para alcançar o resultado. "Eles vão para a oportunidade da vida deles. Se não ganharem, não têm mais chances de classificar. Temos que ir pensando em ganhar o jogo. Se entrarmos pensando em empatar, complica muito. Temos um elenco qualificado para procurar o re-

sultado, fazer um jogo inteligente e conseguir a classificação". O apoiador **Willian Arão** tem o mesmo raciocínio: "Temos que sair vencedor. Se tivermos que jogar lá atrás e contra-atacar, vamos fazer isso, mas não é o que queremos. Vamos jogar de acordo com o que o jogo apresentar. Sabemos que será um jogo difícil, um jogo duro, mas sabemos também que eles terão que nos atacar. Vão ter que se expor e nós podemos aproveitar para sairmos com a vitória", avaliou.

Abel, punido, não comanda o time

Abel Braga (foto) não poderá comandar o Flamengo diante da LDU, nesta quarta, em partida decisiva pelo Grupo D da Copa Libertadores, diante da LDU, em Quito. A Conmebol publicou ontem a decisão do Tribunal de Disciplina que suspendeu o treinador por uma partida por conta do atraso do time na volta do intervalo contra o Peñarol, do Uruguai, no dia 3 de abril, no Maracanã. A súmula, foram registrados dois minutos de atraso da equipe do Flamengo neste jogo. Como foi recorrente - aconteceu também na partida contra o San José, em Oruro -, o regulamento responsabiliza o treinador pelo atraso.



COPA DO BRASIL

Timão recebe a Chape no Itaquerão



DIVULGAÇÃO

O CORINTHIANS PERDEU A PRIMEIRA EM CHAPECÓ E PRECISA VENCER EM CASA, ESTA NOITE

Pouco depois de conquistar o tricampeonato paulista, o Corinthians recebe a Chapecoense nesta quarta-feira, na rodada de volta da quarta fase da Copa do Brasil em sua versão 2019. Na Arena Corinthians, em São Paulo, o encontro tem início marcado para 21h30 (horário de Brasília).

A Chape, que também disputou a final estadual e perdeu, está em vantagem. Venceu o jogo de ida por 1 a 0. Assim, avançará para as oitavas de final em caso de novo sucesso ou empate. Os alvinegros precisam de vitória por margem de dois tentos para chegar lá. Em caso de sucesso por diferença mínima a definição será feita através de cobranças de pênaltis.

Cheio de moral

Os corinthianos tiveram um grande teste cardíaco no último domingo. O jogo de volta da decisão do Paulistão contra o São Paulo estava empatado até o final do segundo tempo quando um tento assinalado por **Vagner Love** aos 44 minutos deu a vitória ao Corinthians por 2 a 1 e o terceiro título estadual consecutivo. Com isso, a equipe comandada pelo técnico **Carile** está cheia de moral para buscar a classificação.

A contraindicação da conquista foi a festa realizada pós-jogo o que, naturalmente, retardou a preparação para o encontro de hoje. Especialmente depois que o próprio técnico da equipe alvinegra, **Fábio Carille**, admitiu que tem faltado qualidade no futebol apresentado, apesar da vitória. Sem tempo para mudanças profundas, a base da equipe que participou da final deve ser mantida.

Chapecoense

A Chapecoense até saiu em vantagem na decisão do Campeonato Catarinense contra o Avaí, no estádio da Ressacada, em Florianópolis. **Tossatti**, aos 42 minutos da etapa inicial, colocou o alverde na frente do marcador. O empate, aos 31 minutos da etapa final, assinalado por **Alan Silva**, levou a decisão por pênaltis. Cobranças desperdiçadas por **Aylon** e **Bruno Pacheco** deram o título para equipe da capital, dona da melhor campanha ao longo do torneio. Para evitar mais desgaste, a comissão técnica optou por não voltar para casa depois da partida e seguiu treinando em Florianópolis antes de embarcar para São Paulo.